



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Psicologia

Área de especialização | Psicologia Clínica

Dissertação

Satisfação conjugal e a coparentalidade ao longo do ciclo de vida da família

Sara Mélissa Gonçalves Barros

Orientador(es) | Constança Biscaia

Évora 2022



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Psicologia

Área de especialização | Psicologia Clínica

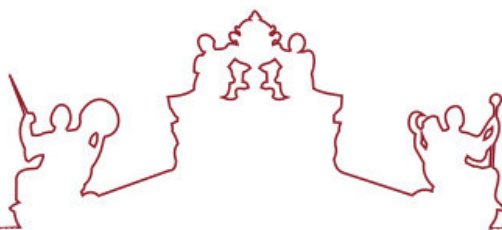
Dissertação

Satisfação conjugal e a coparentalidade ao longo do ciclo de vida da família

Sara Mélissa Gonçalves Barros

Orientador(es) | Constança Biscaia

Évora 2022



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Nuno Rebelo dos Santos (Universidade de Évora)

Vogais | Constança Biscaia (Universidade de Évora) (Orientador)
Heldemerina Samutelela Pires (Universidade de Évora) (Arguente)

Agradecimentos

“Tout changement est difficile au début, compliqué au milieu et magnifique à la fin.”

Robin Sharma.

À minha orientadora, Professora Doutora Constança Biscaia, pela disponibilidade em me ter aceite como orientanda, e principalmente pela sua compreensão, paciência e ajuda ao longo de todo este processo. Obrigada pela partilha de conhecimento e sugestões e por nunca ter desistido de mim.

Às autoras dos instrumentos de avaliação, Professora Doutora Isabel Narciso e Professora Doutora Marta Pedro, por me facultarem prontamente todo o material e por colaborem sem hesitar na produção de investigação científica.

Aos meus pais, Idalina e Rosélio, por me apoiarem incondicionalmente e me mostrarem que em tudo na vida é preciso dedicação, trabalho e *“encore un petit effort.”* Um obrigada não chega para agradecer tudo o que fizeram e fazem por nós.

Aos meus irmãos, Édera, Adrian e Laura, por crescermos juntos, partilharmos histórias e conhecerem-me tão bem. Obrigada por todos os nossos momentos, pelo conforto nos momentos mais stressantes e por estarem sempre presente na minha vida. *“É tão bom sermos maninhos”*.

Às minhas amigas da universidade, Petra e Seidi, por me apoiarem desde o primeiro dia. Por me ampararem nos momentos mais complicados e por acreditarem em mim, quando muitas vezes duvidei das minhas capacidades. Obrigada pela ligação tão bonita que nos une e por serem o meu porto seguro.

Aos meus amigos do secundário e das equipas, Cláudia, Daniela e Rúben, pelos cafés e conversas profundas. Por me tranquilizarem, incentivarem e ajudarem-me a perceber o meu caminho. Obrigada pela amizade de anos e por serem certezas nos momentos de dúvida.

À minha família e amigos que querem o meu bem e que se preocupam genuinamente comigo. Por me ajudarem a sonhar e serem esperança nos momentos em que me senti mais perdida. Obrigada por me compreenderem e me apoiarem.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente tiveram o seu papel nesta fase. Especialmente, à todas as mães e pais que responderam aos questionários, sem eles nada disto seria possível. Obrigada pelo tempo que dispensaram e pelo vosso contributo na realização deste estudo.

À vida. Por me ensinar que podemos ter tudo, mas não ao mesmo tempo. Pelas aprendizagens, desafios, desilusões, alegrias e oportunidades. Por tudo o que já vivi e por tudo o que a vida ainda me reserva.

A todos e com todo o meu coração, muito obrigada!!

Satisfação conjugal e a coparentalidade ao longo do ciclo de vida da família

Resumo

A presente investigação tem como principal objetivo estudar a relação entre a coparentalidade e a satisfação conjugal e a forma como estas variáveis evoluem ao longo das diferentes etapas do ciclo de vida da família. A amostra é constituída por 606 pais, com idades compreendidas entre os 20 e os 82 anos, casados ou em união de facto, com pelo menos um filho. Recorreu-se ao preenchimento de três instrumentos: um questionário sociodemográfico, construído para este estudo; o Questionário de Coparentalidade e a Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal. Os resultados indicam que a satisfação conjugal e a coparentalidade se relacionam mutuamente. Também se verificam nuances nas diferentes etapas do ciclo de vida, sendo estatisticamente significativas na coparentalidade cooperativa e conflituosa. Foram ainda discutidas as limitações e implicações deste estudo e sugeridas algumas pistas para futuras investigações.

Palavras-chave: Satisfação Conjugal; Coparentalidade; Ciclo de Vida da Família; Mudanças; Cooperação.

Marital satisfaction and coparenting throughout the family lifespan

Abstract

The main objective of the present investigation is to study the relationship between coparenting and marital satisfaction and the way these variables evolve throughout the different stages of the family's life cycle. The sample consists of 606 parents, aged between 20 and 82 years old, married or in consensual union, with at least one child. Three instruments were filled in: a sociodemographic questionnaire, built for this study; the Coparenting Questionnaire and the Scale of Evaluation of the Satisfaction on the Marital Areas of Life. The results indicate that marital satisfaction and coparenting are mutually related. There are also nuances in the different stages of the life cycle, being statistically significant in cooperative and conflictual coparenting. The limitations and implications of this study were also discussed and some clues for future investigations were suggested.

Keywords: Marital Satisfaction; Coparenting; Family Life Cycle; Changes; Cooperation.

Índice

| | |
|---|----|
| Introdução..... | 11 |
| 1. Enquadramento Teórico | |
| 1.1 Ciclo de vida da família..... | 16 |
| 1.1.1 A formação do casal..... | 17 |
| 1.1.2 Família com filhos pequenos..... | 17 |
| 1.1.3. Família com filhos em idade escolar..... | 18 |
| 1.1.4. Família com filhos adolescentes..... | 19 |
| 1.1.5. Família com filhos adultos..... | 20 |
| 1.2. Satisfação Conjugal..... | 21 |
| 1.2.1. Modelos de conceitualização da Satisfação Conjugal..... | 22 |
| 1.3. Coparentalidade..... | 24 |
| 1.3.1. Modelos de conceitualização da Coparentalidade..... | 25 |
| 1.4. Relação entre a satisfação conjugal, a coparentalidade e o ciclo de vida da família..... | 31 |
| 2. Objetivos e Hipóteses de Investigação..... | 34 |
| 3. Método | |
| 3.1. Caracterização da amostra..... | 35 |
| 3.2. Instrumentos | |
| 3.2.1. Questionário Sociodemográfico..... | 38 |
| 3.2.2. Questionário da Coparentalidade (QC)..... | 39 |
| 3.2.3. Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal (EASAVC)..... | 41 |
| 3.3. Procedimento de recolha dos dados..... | 43 |
| 3.4. Procedimento de análise dos dados recolhidos..... | 45 |

| | |
|----------------------------------|----|
| 4. Resultados..... | 47 |
| 5. Discussão dos Resultados..... | 55 |
| 6. Conclusão..... | 60 |
| Referências Bibliográficas..... | 63 |
| Anexos..... | 69 |

Índice de Tabelas

| | |
|---|----|
| Tabela 1- Análise descritiva da estrutura familiar- Número de filhos..... | 36 |
| Tabela 2- Análise descritiva da estrutura familiar- Etapas do ciclo de vida da família.... | 37 |
| Tabela 3- Dimensões da coparentalidade e satisfação conjugal total- média, desvio-padrão, mínimo e máximo..... | 47 |
| Tabela 4- Comparação de médias das dimensões da coparentalidade e a satisfação conjugal total em função do género dos pais através do Teste T para amostras independentes..... | 48 |
| Tabela 5- Análise da relação entre a satisfação conjugal total e as dimensões da coparentalidade através do coeficiente de correlação de Pearson..... | 49 |
| Tabela 6- Análise de variância entre a satisfação conjugal total e as diferentes etapas do ciclo de vida da família..... | 50 |
| Tabela 7- Análise da variância entre a coparentalidade e as diferentes etapas do ciclo de vida da família..... | 52 |
| Tabela 8- Comparações das médias entre grupos através do teste Post-Hoc Scheffe.... | 53 |

Índice de Anexos

| | |
|---|----|
| Anexo A- Consentimento Informado para as mães e pais..... | 69 |
| Anexo B- Questionário Sociodemográfico para as mães e pais..... | 71 |
| Anexo C- Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal (EASAVIC)..... | 73 |
| Anexo D- Questionário da Coparentalidade (QC)..... | 76 |

Introdução

Atendendo às abordagens sistémicas da família, nomeadamente à Teoria Geral dos Sistemas, a família é considerada como um sistema constituído pelos membros familiares e pelas interações decorridas entre eles ao longo do tempo. Concomitantemente, a família é também considerada um sistema “aberto” porque influencia e é influenciada pelo exterior, isto é, pelo contexto e pelas interações decorrentes do mesmo. O sistema familiar possui duas características fundamentais e funcionais: a procura de homeostasia, que se traduz pela tentativa de o sistema equilibrar o seu meio interno relativamente ao meio externo, e a capacidade de transformação, no qual o sistema consegue se adaptar e modificar face aos diferentes desafios ao longo do tempo (Leal, 2005).

De acordo com a Teoria Estrutural da Família desenvolvida por Salvador Minuchin (1982), o conceito de configuração familiar é definido pelos membros que fazem parte do núcleo familiar. Tendo em conta a multiplicidade de concepções de “famílias” é possível verificar que existem vários tipos de configuração familiar, como as famílias mais tradicionais/ “nucleares” e/ou as famílias reconstituídas (ex.: pais que voltam a casar tendo filhos de casamentos anteriores). Deste modo, existem vários fatores que contribuem para a construção da “definição” de família nuclear, nomeadamente, aspetos ligados à consanguinidade, à afinidade, afetivos, legais e à própria coabitação. Por sua vez, a estrutura familiar caracteriza-se por um conjunto de premissas essenciais e invisíveis que guiam o funcionamento e a convivência entre os elementos da família, através dos próprios padrões transacionais. Estes padrões são ativados quando os elementos da família interagem entre si (Wagner, Tronco, & Armani, 2011).

Por conseguinte, a família equipara-se a um sistema organizado de forma hierárquica e constituído por vários subsistemas que interagem mutuamente. Sendo estes relacionados com as pessoas e com os papéis desempenhados no contexto familiar, o subsistema individual está relacionado com a própria individualidade do membro da família; o subsistema parental envolve a relação entre os pais e os filhos; o subsistema conjugal associa-se à relação e o envolvimento entre o casal (mãe e pai) e o subsistema fraternal engloba o tipo de relação entre os irmãos (Minuchin, 1982; Fiorini & Guisso, 2016).

O nível de interação entre os diferentes subsistemas permite conceptualizar os limites entre os membros da família e garantir a individualidade dos mesmos. Concretamente, quando os limites entre os diferentes subsistemas são confusos e não se encontram bem delimitados, estamos perante uma família emaranhada. Ao contrário, uma família funcional é caracterizada por limites claros e uma grande flexibilidade adaptativa dos padrões de funcionamento em situações de crise e mudança. Também existem famílias cujos limites são extremamente rígidos, o que influencia o nível de interação entre os membros familiares, levando a um maior afastamento dos mesmos (Minuchin, 1982; Fiorini & Guisso, 2016).

Segundo Relvas (1996), a família enquanto sistema é modificado ao longo do tempo, ocorrendo um processo progressivo de desenvolvimento e complexificação. Este processo relaciona-se com a diferenciação estrutural e com a co-evolução. No que toca à diferenciação estrutural, este encontra-se ligado à gestão das tarefas e das regras familiares nos diferentes subsistemas. Por sua vez, a co-evolução relaciona-se com o ajuste dos aspetos funcionais e comunicacionais da família. Assim, é possível perceber que a família enfrenta e se adapta à diferentes tipos de desafios e tarefas que surgem de acordo com a etapa específica da vida em que se encontram.

Nesta linha de pensamento, o ciclo vital da família representa o conjunto de etapas associadas à transformação e desenvolvimento dos membros do núcleo familiar durante a prossecução das tarefas próprias de cada etapa. O ciclo de vida da família caracteriza-se por ter duas funções e duas tarefas primordiais. Relativamente às duas funções, estas dividem-se na função interna e externa. A função interna trata-se de promover o desenvolvimento e a segurança dos membros do agregado familiar e a função externa relaciona-se com a socialização e transmissão de conhecimentos e valores culturais. No que concerne às duas tarefas, estas envolvem a criação do sentimento de pertença à família e a promoção do processo de autonomização e individualização dos membros familiares. Estas funções e tarefas exigem a elaboração de objetivos inerentes a cada etapa, desencadeando a evolução desenvolvimental da família (Relvas, 1996).

Como referido anteriormente, o processo de desenvolvimento do adulto é marcado por diversas etapas que se caracterizam pelas tarefas e desafios associados aos diferentes períodos da vida de uma pessoa. Uma das etapas fundamentais do desenvolvimento do adulto corresponde à transição para a parentalidade. Durante esse processo, as pessoas

passam por um período de adaptação face ao conjunto de transformações ao nível biológico, psicológico e sociocultural. Estas mudanças influenciam a maneira como gerem a componente relacionada com a individualidade, conjugalidade e família (Canavarro, 2001; Figueiredo & Lamela, 2014).

Considerando a transição para a parentalidade como um período de crise, o indivíduo possui a responsabilidade de se reorganizar nas diversas facetas da sua vida, bem como resolver algumas tarefas associadas a esta nova etapa. Estas tarefas incluem a reavaliação e reorganização das relações (ex.: pais e companheiro/cônjuge); a criação de uma relação com a criança e a reconstrução da própria identidade (ex.: crenças, valores, prioridades e objetivos) (Relvas, 1996; Canavarro, 2001; Figueiredo, 2005).

Do ponto de vista conjugal, o casal tem de adaptar a sua relação às novas funções e rotinas associadas à chegada e inclusão do novo membro na dinâmica familiar. Desta forma, cada um dos elementos do casal deixa de ser visto essencialmente como um par romântico, passando a ter uma nova identidade relacionada com o papel de pai e/ou mãe. Esta mudança poderá acarretar um maior nível de *stress* e alguns desafios na gestão da componente conjugal, sobretudo devido à organização das novas tarefas, à divisão da atenção e o aumento dos cuidados relacionados com a criança. Nesta fase de transição poderá haver um maior afastamento emocional, aumento dos conflitos, diminuição da satisfação conjugal e sexualidade e menor disponibilidade para realizar atividades em casal (Relvas, 1996; Colman & Colman, 1994; Canavarro, 2001; Carter & McGoldrick, 1995; Figueiredo, 2005).

Dada a importância de investigar construtos ligados à parentalidade e as respetivas mudanças no ciclo de vida, o presente estudo debruça-se precisamente sobre a relação entre dois construtos: a satisfação conjugal e a coparentalidade ao longo do ciclo de vida da família. Revela-se importante realizar investigação na área da satisfação conjugal e da coparentalidade, no sentido em que se tratam de construtos associados e que permitem aceder a informações pertinentes relativamente à qualidade da relação conjugal, à influência que os filhos detêm na dinâmica do casal, e ao bem-estar das crianças (Tissot & Falcke, 2017).

Tanto a coparentalidade como a satisfação conjugal revelam-se importantes fatores na predição da adaptação e desenvolvimento psicológico das crianças e

adolescentes no contexto escolar (Teubert & Pinquart, 2010; Figueiredo & Lamela, 2014; Augustin & Frizzo, 2015; Mosmann, Costa, Einsfeld, Silva & Koch, 2017).

A relação que os pais estabelecem com os filhos também influencia o comportamento dos filhos. Num estudo realizado por Mosmann e os seus colaboradores (2017) sobre algumas variáveis da coparentalidade no surgimento de sintomas internalizantes e externalizantes dos filhos, os autores verificaram que os pais que não se apoiam mutuamente, não se entendem no exercício das práticas educativas e que desaprovam o papel do cônjuge enquanto pai/mãe em frente dos filhos, possuem níveis de adaptabilidade conjugal e aprovação coparental mais baixas. Essas variáveis relacionam-se com um maior número de sintomas internalizantes presentes nos filhos. Por sua vez, os sintomas externalizantes das crianças são preditas pelos elevados níveis de competição parental, conflito parental e baixa aprovação coparental.

De forma sucinta, Li e Fung (2011) conceptualizam a satisfação conjugal como um constructo associado à qualidade subjetiva que os membros de um casal atribuem ao seu relacionamento amoroso (Afonso, 2018). Por sua vez, Augustin e Frizzo (2015) definem a coparentalidade pela maneira como os pais se organizam no exercício das tarefas relacionadas com o cuidado dos seus filhos. Os dois construtos podem sofrer alterações ao longo do tempo de acordo com as exigências resultantes da parentalidade, os quais exigem que os pais se organizem para lidarem de forma adaptativa aos novos desafios. A pertinência do estudo com as variáveis anteriormente mencionadas resulta também das oscilações notadas ao longo do ciclo de vida da família.

Por fim, relativamente à organização estrutural, a presente dissertação está dividida em três partes fundamentais: o enquadramento teórico, o estudo empírico e os resultados, discussão e principais conclusões. A primeira parte relativa ao enquadramento teórico, inclui a operacionalização e concetualização dos construtos da coparentalidade, da satisfação conjugal e do ciclo vital da família. Também inclui a relação entre os diferentes os construtos. No que concerne à segunda parte, o estudo empírico, esta começa com a formulação dos objetivos e das hipóteses de investigação; seguindo-se a metodologia do estudo, isto é, a caracterização da amostra, o procedimento metodológico e a caracterização dos instrumentos utilizados e das técnicas de recolha e análise dos dados recolhidos. Na terceira parte, os resultados são apresentados, discutidos e interpretados

de acordo com os contributos já existentes na literatura. São também refletidas algumas limitações e sugeridas algumas linhas orientadoras para futuros estudos.

1. Enquadramento Teórico

1.1. Ciclo de vida da família

Uma das primeiras classificações relacionadas com o estabelecimento de etapas e tarefas desenvolvimentais no contexto familiar surgiu nos anos 50 por um sociólogo chamado Duvall. Este autor delimitou os estádios de desenvolvimento através de dois critérios: a presença de crianças e a idade do filho mais velho (Relvas, 1996).

Existindo oito estágios de desenvolvimento, o primeiro estágio trata-se do casal sem filhos; o segundo relaciona-se com as famílias com crianças recém-nascidas (cuja idade do filho mais velho situa-se desde o nascimento até aos 30 meses), o terceiro estágio trata-se das famílias com crianças em idade pré-escolar (cuja a idade do filho mais velho encontra-se entre os 2 anos até cerca dos 5/6 anos); o quarto estágio caracteriza-se pelas famílias com crianças em idade escolar (cuja idade do filho mais velho encontra-se entre os 6 anos até aos 13 anos); o quinto estágio relaciona-se com as famílias com filhos adolescentes (cuja idade do filho mais velho encontra-se entre os 13 anos até aos 20 anos); o sexto estágio trata-se das famílias com jovens adultos (que decorre entre a saída do 1º filho e a saída do último filho); o sétimo estágio é o casal na meia-idade (etapa caracterizada pelo “ninho vazio”, isto é, quando os filhos já saíram de casa) e o oitavo estágio, o envelhecimento (caraterizado pela adaptação à reforma e a morte de um ou ambos os cônjuges) (Relvas, 1996).

Ao longo do tempo foram surgindo várias conceções relacionadas com as etapas e tarefas do ciclo vital da família, pelo que é possível verificar que atualmente existe um consenso entre os diferentes modelos acerca das próprias etapas e tarefas desenvolvimentais, bem como acerca das interações internas e externas da família (Alarcão, 2006; Relvas, 1996; Carter & McGoldrick, 1995).

Nesta linha de pensamento, e com foco nos objetivos do nosso estudo, iremos considerar a classificação proposta por Relvas (1996), que divide o ciclo de vida da família em cinco etapas fundamentais: a formação do casal; a família com filhos pequenos; a família com filhos na escola; a família com filhos adolescentes e a família com filhos adultos.

1.1.1. A formação do casal

A primeira etapa do ciclo vital da família, a formação do casal, caracteriza-se pela criação de uma nova unidade familiar e de um novo sistema relacional através da união entre duas pessoas. O início da vida a dois e o casamento surgem quando as pessoas se apaixonam e decidem assumir um compromisso a longo prazo percebendo e partilhando sonhos e um futuro em conjunto (Relvas, 1996).

Ao dar este passo, a construção a relação conjugal compreende a constante procura e descoberta do “nós”, não descurando a individualidade de cada membro do casal. Neste sentido, é importante que o casal tenha autonomia, partilhe e negocie todos os aspetos relativos à convivência e quotidiano. Concomitantemente, os elementos do casal ganham diferentes responsabilidades, nas quais se incluem a articulação de componentes individuais relativas, por exemplo, à gestão das relações com as famílias de origem e à adaptação as novas tarefas e rotinas conjugais (Relvas, 1996, Alarcão, 2006).

Nesta etapa do ciclo de vida, a complementaridade do casal deve ser considerada uma mais-valia, pois permite que as diferenças entre os elementos do casal se transformem em aprendizagens conjuntas. Visto que se trata de um período de reorganização da vida do casal, destaca-se a importância da metacomunicação como forma de melhor gerir os pontos de vista de cada um e de progredirem na construção do seu próprio modelo conjugal (Relvas, 1996, Alarcão, 2006).

1.1.2. Família com filhos pequenos

De acordo com Relvas (1996), a segunda etapa do ciclo de vida da família inicia-se com o nascimento do primeiro filho. Relacionando com a classificação proposta por Duvall (1977), a etapa das famílias com filhos pequenos de Relvas (1996) compreende dois estágios, as famílias com filhos recém-nascidos e as famílias com crianças em idade pré-escolar. Tal acontece devido às mudanças relacionadas com a adaptação da família às particularidades do crescimento e desenvolvimento das crianças serem mais elevadas do que à adaptação às mudanças relacionadas com família no todo.

Quanto à estrutura familiar, é possível verificar que graças ao nascimento do primeiro filho, passam a existir três níveis diferentes: o casal, os pais e os filhos. É

importante que haja uma clara distinção entre os níveis e muita comunicação para que a família consiga organizar-se e assumir os seus papéis sem demasiadas interferências exteriores (Relvas,1996).

Portanto, esta etapa do ciclo de vida apresenta um processo de transição e articulação entre a função conjugal e a função parental. O casal ganha responsabilidades associadas à parentalidade, o que faz com que sejam os principais encarregados na proteção e na satisfação das necessidades físicas, psicológicas e afetivas da criança. Desde o nascimento até à entrada na escola, as principais tarefas dos pais relacionam-se com a reorganização familiar, operacionalização dos papéis parentais e a gestão das interações e limites com as famílias de origem e a comunidade (Relvas, 1996).

No que toca à conjugalidade, a chegada de uma criança influencia a forma como o casal vive a sua intimidade. O facto de os pais partilharem o mesmo espaço, não terem tanta disponibilidade (física e emocional) e estarem mais envolvidos na educação, na socialização e na transmissão de valores aos filhos, faz com que esta fase seja conjugalmente exigente. Assim, é importante que o casal encontre estratégias que permitam se reinventarem e articularem a díade parental e conjugal (Relvas, 1996; Alarcão, 2006).

1.1.3. Família com filhos em idade escolar

A terceira etapa do ciclo de vida da família pontua-se pela entrada da criança na escola primária. Apesar de algumas crianças já frequentarem a creche ou o jardim de infância, a escola representa um novo espaço educativo que permite a aquisição de diferentes competências e conduz à reorganização familiar (Relvas, 1996; Alarcão, 2006).

O primeiro contacto com a escola é vivenciado distintamente pela criança e pela família. A criança entende que se trata de uma mudança/separação da família associada a um novo contexto onde irá conhecer outras crianças, aprender (ex.: ler e fazer contas) e desenvolver a sua autonomia. Relativamente à família e tendo em conta que desde o nascimento da criança, os pais são os principais responsáveis pela prestação de cuidados, segurança, educação e socialização do filho, a entrada na escola configura um momento avaliativo das funções parentais. Esta avaliação assenta na função externa (isto é, a

socialização e capacidade de adaptação da criança à cultura) e na função interna (ou seja, a promoção de um ambiente familiar seguro para que a criança se sinta autónoma e à vontade para aprender e interagir com outras pessoas) (Relvas, 1996; Alarcão, 2006).

Sendo a escola e a família, dois sistemas executivos diferentes, esta etapa do ciclo de vida exige uma implementação de regras e limites, bem como a clarificação dos papéis de cada interveniente na vida da criança (ex.: pais e professores). O principal objetivo passa por ambos os sistemas comunicarem e funcionarem complementarmente em prol da criança (Evéquoz, 1990, citado por Alarcão, 2006). Relacionando com o processo de separação e de autonomização, esta etapa acarreta mudanças e conseqüentemente, uma diferenciação intra-sistémica e uma maior abertura ao exterior. Neste sentido, é importante que os pais usem a negociação como forma de imporem as regras e normas e, também permitirem que os filhos se autonomizem (Alarcão, 2006).

1.1.4. Família com filhos adolescentes

Segundo Alarcão (2006), a quarta etapa do ciclo de vida destaca-se por ser a etapa mais longa e desafiante devido às mudanças físicas, psicológicas e sociais relacionadas com a entrada dos filhos na puberdade.

A adolescência remete para um período da vida pontuado por uma maior abertura ao exterior (ex.: grupo de pares), experimentação de novas sensações e/ou atividades, descoberta da própria identidade e conquista da independência e autonomia. Nesta fase, tanto os pais como os filhos sentem dificuldade na comunicação, na exposição de opiniões e pontos de vista e na demonstração de afeto e suporte. Estas dificuldades podem manifestar-se em conflitos e espelhar algumas expectativas e as exigências parentais que os casais têm em relação aos filhos. Posto isto, há constantemente a necessidade de existir um equilíbrio entre os elementos da família e as exigências do sistema familiar (Relvas, 1996; Alarcão, 2006).

O tipo de relação entre os pais e os filhos modifica-se de acordo com o desenvolvimento dos adolescentes e com a diminuição da solicitação de ajuda por parte dos mesmos. O facto de a separação e autonomia serem uma das tarefas desenvolvimentais desta etapa, faz com que os pais tenham de se readaptar ao crescimento

dos jovens e à perda de alguma autoridade. Assim, é importante que dialoguem e negociem decisões e situações conflituosas no sentido da sua resolução (Relvas, 1996; Alarcão, 2006).

Conjugalmente, nesta etapa do ciclo de vida, os pais voltam a ter tempo para se reorganizarem enquanto díade conjugal. Este é um processo onde os elementos do casal têm a oportunidade de transformar a rotina em novos hábitos, voltar a criar elos de ligação e redescobrir o “nós” (Alarcão, 2006).

Um dos principais desafios subjacentes a esta fase é a acomodação do casal às funções parentais em detrimento das funções conjugais. Enquanto crise esta pode ser enfrentada quando são trabalhadas componentes individuais de cada membro do casal ou quando cada cônjuge investe na sua ocupação profissional (sentindo-se realizada/o com o seu desempenho laboral). Por outro lado, esta crise pode impedir o desenvolvimento conjugal levando à triangulação ou à separação. Isto é, no caso da triangulação, quando um dos membros do casal se liga a um dos filhos, ao próprio cônjuge ou a um elemento da família (ex. geração mais idosa). No caso da separação, quando o casal termina a relação conjugal ou quando coabitam sem qualquer tipo gratificação (Alarcão, 2006).

1.1.5. Família com filhos adultos

De acordo com Relvas (1996), a última etapa do ciclo de vida é conhecida por ser uma etapa multigeracional, cujas famílias contam com a presença de pelo menos três gerações sendo duas delas de adultos. Também denominada por fase de contração da família, fase do lançamento dos filhos ou etapa do “ninho vazio”, esta etapa caracteriza-se pelas saídas e mudanças familiares nas diferentes gerações. Face aos momentos de crise entre as gerações é necessário que a família se adapte e flexibilize as interações e relações entre os membros (através de um ajuste nos papéis e estatutos familiares).

A família com filhos adultos também se associa ao nome “geração sanduíche”, isto porque a família nuclear é constituída pelos pais idosos e os filhos jovens. Nesta fase existe uma inversão da função parental: os filhos tornam-se cada vez mais autónomos e independentes enquanto os pais se tornam cada vez mais frágeis e dependentes (Relvas, 1996).

As principais tarefas subjacentes a esta etapa do ciclo de vida relacionam-se com a facilitação da saída dos filhos de casa, potenciando o processo de autonomização dos jovens; o reajuste da relação conjugal, acompanhada de uma reavaliação do casamento, da vida profissional e da própria individualidade; e a aceitação do envelhecimento e das mudanças relacionadas com a independência e a perda da mesma, quer da geração anterior (pais) quer dos próprios elementos do casal (Relvas, 1996; Alarcão, 2006).

À semelhança das outras etapas do ciclo de vida, a comunicação revela-se importante para ultrapassar desafios e para haver um maior nível de entendimento, ligação e entajuda entre todos os elementos da família (Relvas, 1996; Alarcão, 2006).

1.2. Satisfação Conjugal

De acordo com Narciso e Ribeiro (2007/2008), a conjugalidade representa um construto bastante abrangente e complexo, onde inclui diversas variáveis fundamentais no estudo da vida conjugal. Uma das variáveis da conjugalidade trata-se da satisfação conjugal.

À semelhança da conjugalidade, a satisfação conjugal também pode ser vista como um construto complexo, isto porque é frequentemente confundida e interligada com outros conceitos (por exemplo, a qualidade conjugal). Segundo Narciso e Ribeiro (2007/2008), a qualidade conjugal associa-se à avaliação do desempenho relacional pelo casal ou por uma pessoa externa com base em critérios pré-definidos. Por sua vez, a satisfação conjugal diz respeito à avaliação por parte de cada elemento do casal sobre o seu próprio relacionamento/casamento.

A partir da metanálise que realizaram, Scorsolini-Comin e Santos (2010) concluíram que a satisfação conjugal é um fator importante na vida e no bem-estar de um casal. Segundo estes autores, a satisfação conjugal engloba as diferenças entre as expectativas que cada pessoa possui no relacionamento e a realidade que cada um vivencia. Para que haja satisfação é necessário que o casal considere que a relação seja positiva, superando as expectativas individuais (Wachelke, Andrade, Cruz, Faggiani & Natividade, 2004; citado por Feijão & Morais, 2018).

A concetualização da satisfação conjugal também se interliga com variáveis como: a saúde física e psicológica dos membros do casal; o bem-estar entre o casal e as

crianças; indicadores fisiológicos do casal; quadros psicopatológicos (ex.: depressão) e características sociodemográficas (Scorsolini-Comin & Santos, 2010; Mosmann, Wagner & Féres-Carneiro, 2006). Wagner e Falcke (2001) acrescentam que a conceitualização da satisfação conjugal inclui variáveis relacionadas com a personalidade de cada um dos elementos do casal; as experiências relacionais observadas no seio de cada família de origem e a construção do próprio relacionamento (Scorsolini-Comin & Santos, 2010).

Face à necessidade de aprofundar este construto, ao longo dos anos têm surgido várias investigações com objetivos relacionados com a mensuração da satisfação conjugal, como também sobre as variáveis que influenciam o construto (Scorsolini-Comin & Santos, 2010).

1.2.1. Modelos de conceitualização da Satisfação Conjugal

Um dos primeiros modelos de conceitualização da satisfação conjugal cujo principal objetivo envolveu a compreensão das origens do construto, foi desenvolvido por Miller nos anos 70. Segundo este autor, a satisfação conjugal possui sete preditores: os papéis transacionais da família; os antecedentes relacionados com a socialização; o nível socioeconómico; a duração dos casamentos; o número de filhos; a frequência e duração da convivência entre o casal (companheirismo) e o espaço reservado aos filhos (Miller, 1976).

Miller (1976) concluiu que tanto a frequência da convivência (atividades realizadas em casal) como os papéis transacionais da família têm um efeito direto e influenciam positivamente a satisfação conjugal. Os outros preditores relacionam-se indiretamente com a satisfação conjugal. Mais especificamente, verificou-se que o número de anos de casamento e o número de filhos estavam diretamente correlacionados, o que fez com que fosse possível interligar a duração dos casamentos ao companheirismo e à satisfação conjugal. Por sua vez, o número de filhos relaciona-se inversamente com a satisfação conjugal, visto que influencia a frequência da convivência e atividades em casal. À semelhança do número de filhos, o estado socioeconómico e a duração dos casamentos também se relacionam indiretamente com a satisfação conjugal, isto porque ambos os preditores influenciam a frequência de convivência entre o casal (sendo esta uma variável intermédia da satisfação conjugal).

Mais tarde, Gottman e Silver (2001) delinearam outro modelo de conceitualização, o modelo do sucesso conjugal. De acordo com esses autores, todos os casais passam por fases em que evidenciam maior ou menor nível de felicidade. A satisfação conjugal encontra-se presente quando os elementos do casal conseguem equilibrar os sentimentos e pensamentos negativos em prol dos positivos. Desta forma, os casais que vivem mais felizes são aqueles que possuem um casamento emocionalmente mais inteligente, isto é, que tenham a capacidade de comunicar, entender, honrar e respeitar cada cônjuge (Figueredo, 2005).

Similarmente, Gottman (2001) defende a existência de sete princípios como base de um casamento feliz. O primeiro princípio trata-se da ampliação dos mapas de amor; o segundo liga-se à dedicação e alimentação da ternura e admiração; o terceiro diz respeito ao companheirismo (não virarem as costas um ao outro); o quarto liga-se à confiança (deixar-se influenciar pelo parceiro); o quinto faz alusão à capacidade de resolução de problemas com solução; o sexto refere-se à capacidade de ultrapassar as dificuldades ou impasses e o sétimo princípio envolve a construção de um significado em conjunto (Gameiro, 2007).

De acordo com Gottman e Notarius (2002), os casamentos conflituosos ou com menor satisfação conjugal associam-se negativamente à aspetos relacionados com a saúde física e psicológica do casal (desenvolvimento de patologias) e com as crianças (diminuição do rendimento escolar, sociabilidade e instabilidade emocional).

Ainda com base numa visão mais sistémica, surgiu um novo modelo de conceitualização da satisfação conjugal proposto por Narciso e Costa (1996), o qual terá mais destaque ao longo deste estudo. De acordo com as autoras, existem três tipos de fatores que influenciam a satisfação conjugal: os fatores relacionais centrípetos, os fatores centrífugos e o fator tempo ou percurso de vida conjugal.

Os fatores relacionais centrípetos englobam os processos operativos, afetivos e cognitivos que funcionam na relação e pela relação conjugal. Os processos operativos dizem respeito ao funcionamento do casal e englobam a comunicação, o controlo relacional, os conflitos e a resolução dos mesmos. Os processos afetivos ligam-se ao amor e às componentes relacionadas com o nível de intimidade e o compromisso do casal. Os processos cognitivos relacionam-se com as cognições individuais de cada elemento do casal e com as influências destas no relacionamento. Estas cognições podem configurar-

se em pressupostos e padrões, percepções, atribuições e expectativas (Narciso & Costa, 2001/2002).

Os fatores centrífugos caracterizam-se como os fatores mais periféricos à relação conjugal e incluem aspectos ligados ao contexto, pessoais e demográficos. Relativamente aos fatores contextuais, estes dizem respeito à família de origem de cada elemento do casal, à rede social e de apoio e ao contexto laboral/profissional. Os fatores pessoais abrangem características individuais de cada cônjuge como os padrões de vinculação e a personalidade. Por fim, os fatores demográficos representam as informações contextuais e pessoais de cada membro da díade conjugal (por exemplo: o sexo, idade, estatuto socioeconómico, *etc.*) (Narciso, 2001).

O fator tempo ou percurso de vida conjugal corresponde ao período temporal do namoro, do casamento e das etapas, tarefas e situações não normativas do ciclo vital da família que o casal vivencia ao longo da sua existência (Narciso, 2001).

Posto isto, é possível considerar que a satisfação conjugal global se trata da avaliação dos diversos fatores anteriormente descritos e que a satisfação conjugal específica é avaliada através dos indicadores relacionados com os fatores relacionais centrípetos (Narciso, 2001; Narciso & Costa, 2001/2002).

1.3. Coparentalidade

A coparentalidade trata-se de um construto multidimensional, que tem sido estudado ao longo do tempo, mas cuja gênese do conceito se revela difícil precisar. Apesar disso, as primeiras evidências científicas do construto remontam para os estudos realizados em famílias em processo de divórcio, focando as mudanças nas relações entre pais e filhos (Frizzo, Kreutz, Schmidt, Piccinini & Bosa, 2005). Posteriormente, a coparentalidade começou a ser explorada de forma mais expansiva e inclusiva, contemplando os diferentes tipos de família e as características individuais dos pais ou parceiros coparentais (Lamela, Nunes-Costa & Figueiredo, 2010).

Segundo Feinberg (2003), a coparentalidade diz respeito à forma como os pais e/ou figuras paternas gerem a responsabilidade e as exigências relacionadas com o papel de pais. Deste modo, este conceito também se liga a aspectos associados ao suporte e a coordenação entre os dois pais na realização das diferentes tarefas e decisões parentais

(ex.: educação, formação e na própria vida dos filhos). Concomitantemente, uma das premissas fulcrais inerentes ao conceito da coparentalidade trata-se da responsabilidade compartilhada e sentida pelos pais na satisfação das necessidades dos filhos.

A coparentalidade distingue-se dos subsistemas conjugal e parental tratando-se de um subsistema familiar autónomo e com características específicas. Ao contrário da parentalidade, que foca individualmente os estilos e práticas de cada pai desempenha na convivência com as crianças, a coparentalidade destaca a dinâmica entre os pais relativamente aos filhos (Teubert & Pinquart, 2010, citado por Figueiredo & Lamela, 2014). Quando os limites e as hierarquias da coparentalidade são respeitados, os pais entreadjudam-se na supressão das necessidades das crianças e não desenvolvem disfunções no subsistema parental (por exemplo, coligações) (Figueiredo & Lamela, 2014).

A relação coparental pode ser influenciada pelo contexto sociodemográfico e cultural e distingue-se pelo facto de não envolver necessariamente certos aspetos como o envolvimento amoroso, sexual, emocional e/ou financeiro dos pais das crianças (Feinberg, 2003).

1.3.1. Modelos de concetualização da Coparentalidade

Segundo Lamela, Nunes-Costa e Figueiredo (2010), devido à importância dos contributos da coparentalidade no conhecimento e estudo das facetas individuais e familiares das pessoas, e graças ao grande investimento empírico nos últimos anos, surgiram três grandes modelos compreensivos da coparentalidade, que sintetizam as principais ideias relacionadas com o construto. Cada modelo foca características relacionadas com a aliança coparental na vida em família e possui pontos comum, no que concerne à possibilidade de serem estudados em diferentes tipos de configuração familiar e em qualquer idade dos filhos.

A primeira concetualização da coparentalidade e aquela que será considerada no nosso estudo foi desenvolvida por Margolin, Gordis e John (2001), sendo o construto em questão caracterizado com base em três fatores primordiais: o nível de conflito, de cooperação e de triangulação evidenciados pelos pais aquando do exercício da parentalidade.

Relativamente ao primeiro fator, o conflito, este define-se através do nível de desacordo entre os pais nos aspetos relacionados com as decisões em torno das crianças. Mais especificamente, o conflito é caracterizado pela quantidade, frequência e severidade das desavenças, bem como pela exposição dos pontos de vista parentais de forma negativa e/ou agressiva (ex.: com raiva ou criticismo excessivo) e pela falta de abertura, flexibilidade e respeito com as ideias do outro face à educação da criança (Margolin, 2005; Lamela, Nunes-Costa & Figueiredo, 2010).

O segundo fator que caracteriza a coparentalidade refere-se à cooperação. A cooperação envolve o nível de concordância, ajuda e reforço evidenciado por cada membro da díade parental. Esta dimensão permite clarificar o grau de empenho, disponibilidade (física e psicológica) e participação ativa dos pais na divisão das tarefas e nas atividades dos filhos (Lamela, Nunes-Costa & Figueiredo, 2010). Segundo Margolin, Gordis e John (2001), um elevado nível de cooperação contribui essencialmente para a construção de uma boa e eficaz aliança parental.

Por fim, o terceiro fator diz respeito à triangulação, que é muito comum em pais que possuem um exacerbado nível de conflito interparental. A triangulação é caracterizada pela alienação de um dos pais, resultado da criação de uma forte aliança entre o filho e o outro membro da díade parental. Portanto, a triangulação acontece quando existe, por parte de um dos pais, uma dificuldade em participar na educação do filho devido à distorção dos seus comportamentos e à manipulação da sua autoridade parental por parte do outro pai/mãe (Lamela, Nunes-Costa & Figueiredo, 2010).

Para além dos fatores descritos anteriormente, Margolin, Gordis e John (2001) defendem que existem outros fatores que contribuem e influenciam a construção do conceito de coparentalidade. Esses fatores são a idade dos filhos e o género dos pais e dos filhos. Por exemplo, no que concerne à dimensão da cooperação, esta difere em grau e intensidade de acordo com as diferentes idades das crianças. Isto é, quando os filhos quando têm menos idade, é importante que os pais evidenciem mais suporte e apoio entre eles.

Uma boa coordenação entre os pais no exercício da parentalidade está muito dependente da forma como os dois membros da díade parental consideram a qualidade da relação conjugal. Neste sentido, as diferentes maneiras de pensar sobre a qualidade das

relações variam de acordo com o gênero e as expectativas associadas a cada elemento do casal. Por exemplo, mães que têm uma visão mais negativa das suas relações conjugais, são provenientes de famílias de origem cuja tarefas domésticas e de cuidado nunca foram compartilhadas de forma igualitária entre os dois pais, propiciando assim, um elevado nível de conflituosidade conjugal e menos qualidade conjugal (Margolin, Gordis & Oliver, 2004; Monteiro, Veríssimo, Castro & Oliveira, 2006; Wagner, Predebon, Mosmann & Verza, 2005, citado por Lamela, Nunes-Costa & Figueiredo, 2010).

Mais tarde, Feinberg (2003) apresentou outro modelo de concetualização da coparentalidade, nomeadamente o Modelo da Estrutura Interna e Contexto Ecológico da Coparentalidade. A criação deste novo modelo pontuou-se pela integração das diversas dimensões do construto e da aliança entre os pais com uma abordagem voltada para o contexto e a família.

Para este autor, o subsistema coparental é constituído por quatro grandes dimensões que se interligam mutualmente, sendo estas também distintas entre si. Estas dimensões, que também se constituem componentes da coparentalidade, são o nível de acordo nas práticas parentais, a divisão das tarefas relacionadas com o cuidado da criança, o suporte ou sabotagem em relação ao papel coparental e a gestão conjunta das relações familiares (Feinberg, 2003; Lamela, Nunes-Costa & Figueiredo, 2010).

Relativamente à primeira dimensão, o nível de acordo ou desacordo nas práticas parentais, esta envolve o grau de concordância entre os pais nas questões relativas aos filhos. As principais questões remetem para assuntos como a educação, as necessidades físicas e psicológicas das crianças, os princípios éticos e morais a serem transmitidos, o respeito, a disciplina e as regras (Lamela, Nunes-Costa & Figueiredo, 2010).

De acordo com Feinberg (2003), quanto maior for o nível de desacordo entre os pais, maior a possibilidade de as crianças terem problemas de ajustamento nas diferentes faixas etárias. Para além disso, Vaughn, Block e Block (1988) defendem que os pais que estejam maioritariamente em desacordo nas práticas parentais, influenciam as crianças do sexo masculino no raciocínio moral, na capacidade de socializar e no processo de alienação. Por sua vez, as crianças do sexo feminino podem ser influenciadas em questões relacionadas com a autoconfiança, a responsabilidade, na capacidade de socializar, de

lidar com as situações desafiantes e com a externalização das emoções (citado por Feinberg, 2003).

A segunda dimensão da coparentalidade trata-se da divisão das tarefas entre os pais e diz respeito à organização e partilha da responsabilidade nas atividades da vida quotidiana da criança e nos assuntos relacionados com as componentes financeiras, médicas e legais da mesma (Lamela, Nunes-Costa & Figueiredo, 2010).

Para além disso, esta dimensão destaca-se por ter um grande impacto em questões como a satisfação conjugal e o *stress* parental. Neste sentido, de acordo com Feinberg (2003), quanto menor for a partilha de tarefas e a divisão da responsabilidade nos cuidados aos filhos, maior será o *stress* evidenciado por cada um dos pais e menor será a satisfação conjugal.

Relativamente à terceira dimensão, o suporte e/ou sabotagem, esta define-se pela qualidade e grau de apoio entre os pais. Esta dimensão pode dividir-se em dois extremos, no qual o lado positivo remete para manifestações de apoio, respeito e suporte emocional face à autoridade e às opiniões e atitudes de um dos membros da díade parental. O lado negativo é caracterizado por comportamentos competitivos, hostis, críticos e culpabilizantes em relação a um dos pais (Lamela, Nunes-Costa & Figueiredo, 2010).

Feinberg (2003) defende que quanto maior é o nível de suporte coparental, maior é o nível de ajustamento dos pais e dos filhos. A qualidade do apoio parental também está associada ao sentimento de competência dos pais no exercício da parentalidade, bem como na adaptação e superação dos filhos em acontecimentos desafiantes.

A última dimensão trata-se da gestão conjunta da família e traduz-se pelos comportamentos e decisões dos pais face ao seu próprio relacionamento e a ligação com as famílias de origem. A díade parental possui a responsabilidade de controlar, adaptar os seus padrões comunicacionais e estabelecer os limites entre eles e os filhos para que o bem-estar das crianças não seja comprometido nem influenciado pelos problemas dos pais e para que não se estabeleçam coligações intergeracionais. Concomitantemente, os pais devem gerir a participação e a inclusão da família de forma equilibrada, garantindo que a sua autoridade parental é respeitada pelos restantes membros da família (Feinberg, 2003; Lamela, Nunes-Costa & Figueiredo, 2010).

Sabendo que neste modelo de conceptualização, a coparentalidade é construída com base nas dinâmicas familiares, é possível perceber que o construto pode ser influenciado por vários fatores externos à relação coparental. Os principais fatores externos são as características individuais dos pais (e.g. atitudes, escolaridade, tipo de vinculação e bem-estar físico e psicológico), a própria família (através do historial e acontecimentos vividos pela díade parental enquanto casal) e o ambiente extrafamiliar (que poderá ser associado ao *stress* caso os pais não se sintam competentes e coordenados no exercício das suas funções parentais). É também importante mencionar que o suporte social pode ser considerado um fator de proteção, pois promove um “alívio” das exigências parentais e uma maior adaptabilidade dos pais (Feinberg, 2003; Lamela, Nunes-Costa & Figueiredo, 2010).

Posteriormente, Van Egeren e Hawkins (2004) propuseram outro modelo de conceptualização da coparentalidade, caracterizando a coparentalidade através de duas estruturas: a interna e a externa.

A estrutura externa é composta pela definição das pessoas que pertencem à díade coparental (os pais ou outras pessoas responsáveis pela educação e cuidado das crianças) e pelas circunstâncias onde surgem as atividades e interações coparentais (Van Egeren & Hawkins, 2004; Lamela, Nunes-Costa & Figueiredo, 2010).

Nesta linha de pensamento, Van Egeren (2003) defende que a construção da aliança coparental inicia-se antes do nascimento da criança, nomeadamente quando os pais se idealizam enquanto cuidadores e discutem assuntos relacionados com a educação dos filhos. Concomitantemente, é possível identificar como fator preditor de uma coparentalidade cooperativa, o nível de interação e partilha entre os pais no período “pré-natal”, isto é, quanto maior o envolvimento dos pais nessa fase, melhor será a relação coparental após o nascimento da criança. Também é essencial realçar que, de acordo com Van Egeren e Hawkins (2004), a relação coparental poderá existir independentemente da presença física dos pais. A aliança coparental e as diversas perceções dos pais face aos seus níveis de eficácia enquanto pai/mãe e membro da díade coparental detêm um papel importante na forma como se comportam e como contribuem para a operacionalização do conceito da coparentalidade (Lamela, 2008, citado por Lamela, Nunes-Costa & Figueiredo, 2010).

Por outro lado, a estrutura interna na coparentalidade inclui variáveis relacionadas com as características específicas e individuais dos pais (ex.: sentimentos, atitudes, ideais, formas de pensar e agir) e visa delimitar o subsistema coparental dos restantes subsistemas familiares.

Para conseguir diferenciar os diferentes subsistemas, Van Egeren e Hawkins (2004) criaram quatro premissas fundamentais. A primeira refere que a coparentalidade só ocorre com a presença de um filho no núcleo familiar, sendo os assuntos relativos à criança os únicos relevantes para o subsistema e aliança coparental. A segunda premissa indica que a coparentalidade exige um parceiro, ou seja, a aliança coparental pode ser estudada através da análise das dimensões da coparentalidade quer em conjunto como individualmente por cada membro. A terceira premissa caracteriza a coparentalidade como um processo didático, isto é, a díade coparental tem a responsabilidade de conseguir gerir questões da família sem se sobrepor aos diferentes subsistemas familiares. A última premissa postula que a coparentalidade é um processo bidirecional, no qual os membros da díade coparental influenciam e são influenciados pelas atitudes e comportamentos de cada um (Van Egeren & Hawkins, 2004; Lamela, Nunes-Costa & Figueiredo, 2010).

No que concerne às dimensões da coparentalidade que focam a qualidade da aliança coparental destacam-se a solidariedade coparental, o suporte coparental, a parentalidade sabotadora e a parentalidade partilhada (Lamela, Nunes-Costa & Figueiredo, 2010).

Relativamente à primeira dimensão, a solidariedade coparental, esta detém uma cariz afetiva e define-se pela expressão de afeto positivo entre os membros da díade coparental e pela presença e trabalho dos pais ao nível da intimidade, compromisso e desenvolvimento conjunto no exercício da coparentalidade (Van Egeren & Hawkins, 2004; Lamela, Nunes-Costa & Figueiredo, 2010).

A segunda dimensão trata-se do suporte coparental, e este engloba o conjunto de comportamentos e estratégias realizadas pelos pais na consecução das tarefas e dos objetivos parentais. Esta dimensão é ainda responsável pela promoção do sentido de entreajuda e segurança emocional dos pais, em que quanto maior for o suporte evidenciado entre os membros da díade parental, maior será a qualidade parental (Van Egeren & Hawkins, 2004; Lamela, Nunes-Costa & Figueiredo, 2010).

Contrariamente à dimensão anterior, a terceira dimensão chamada de parentalidade sabotadora, caracteriza-se pelo conjunto de estratégias e comportamentos que “atrapalham” a realização das tarefas de um dos pais e que afetam a qualidade parental. De forma concreta, este tipo de coparentalidade é vivenciado com uma elevada hostilidade, críticas excessivas e pontuado por situações que envolvam a alienação de um dos pais (Van Egeren & Hawkins, 2004; Lamela, Nunes-Costa & Figueiredo, 2010).

Por fim, a última dimensão diz respeito à parentalidade partilhada, sendo esta responsável pela divisão das tarefas e dos cuidados relacionadas com os filhos, bem como pela transmissão equitativa da responsabilidade do papel de pais aos membros da díade coparental (Van Egeren & Hawkins, 2004; Lamela, Nunes-Costa & Figueiredo, 2010).

1.4. Relação entre a satisfação conjugal, a coparentalidade e o ciclo de vida da família

Com base na literatura e nos estudos empíricos, parece plausível afirmar que existe relação entre os diferentes constructos. Considerando cada etapa do ciclo de vida com as suas características e desafios específicos, alguns estudos evidenciam que os casais que possuem um maior nível de satisfação conjugal tendem a perceber uma maior aliança coparental e a experienciar uma coparentalidade mais satisfatória (Teves, 2008, citado por Tissot & Falcke, 2017; Augustin & Frizzo, 2015).

No que concerne às diferenças entre géneros, vários estudos têm evidenciado que o relacionamento coparental pode influenciar a satisfação conjugal nas mulheres. Augustin e Frizzo (2015) postulam que na transição para a parentalidade e com o confronto das novas tarefas e o aumento da responsabilidade, o casal poderá estar sujeito a um maior nível de conflito coparental. Nesta fase, as mulheres tendem a sentir-se mais sobrecarregadas e menos apoiadas pelos cônjuges, evidenciando menor satisfação conjugal e coparental.

Concomitantemente, Lamela, Figueiredo, Jongenelen, Morais e Simpson (2020) estudaram o efeito da socio-sexualidade na relação entre a satisfação conjugal e a coparentalidade e constataram que as mulheres casadas mais “conservadoras” percecionavam uma maior aliança coparental quando se sentiam mais satisfeitas

conjugalmente. Similarmente, quanto maior fosse o nível de conflito coparental, menor nível de satisfação conjugal sentido pelas mulheres. Desta forma, é possível compreender que a qualidade da relação coparental influencia a satisfação conjugal.

Numa perspetiva longitudinal, Afonso (2018) postula que a satisfação conjugal apresenta algumas nuances ao longo do ciclo de vida da família. O autor defende que a satisfação conjugal tende a diminuir ao longo do tempo, existindo um aumento na última etapa do ciclo de vida (etapa da saída dos filhos de casa/ “ninho vazio”). O nível de *stress* associado à chegada do bebé e à adoção de um novo funcionamento (papeis e funções) também refletem uma diminuição do nível de satisfação conjugal nesta etapa do ciclo de vida (Tissot & Falcke, 2017). Lima e Alves (2010) destacam a falta de apoio, o egoísmo por parte de um dos cônjuges e a pouca cooperação no exercício das funções parentais como umas das razões mais evidentes para o elevado nível de insatisfação conjugal em pais com filhos pequenos.

Paralelamente, Rocha e Fensterseifer (2019) estudaram a influência do sexo em casais nas diferentes etapas do ciclo de vida e verificaram que a satisfação conjugal e a satisfação sexual encontram-se associadas. Estes autores consideram que, na etapa das famílias com filhos pequenos e devido às mudanças corporais relacionadas com o puerpério, o sexo é percecionado pelas mulheres como uma componente mais psicológica do que fisiológica, tratando-se de uma forma de satisfazer os maridos e estabilizar a relação. O cansaço inerente às mudanças e exigências desta etapa explica a diminuição da satisfação sexual e conjugal no género feminino.

Contrariamente, na etapa das famílias com filhos adolescentes, Tissot e Falcke (2017) defendem que existe um reinvestimento e uma reaproximação do casal, existindo mais amor (intimidade e paixão) e uma maior qualidade e ajustamento conjugal. O facto de os casais se unirem para conseguir lidar de forma mais eficaz contra as crises e os desafios dos filhos adolescentes, resulta numa maior aliança coparental e satisfação conjugal.

Na etapa da saída dos filhos de casa, existe uma diminuição da sobrecarga e das responsabilidades parentais por parte das mulheres, o que conduz a uma maior disponibilidade para o cônjuge. Nesta etapa também ocorre um aumento da satisfação sexual e conjugal (Rocha & Fensterseifer, 2019).

No que concerne à coparentalidade na primeira etapa do ciclo de vida, o casal é confrontado pelas novas tarefas familiares e pelas mudanças conjugais, pelo que vivenciam esta nova etapa de formas distintas. O facto de as mulheres se sentirem mais sobrecarregadas pelos bebés dependerem mais delas e por não “confiarem” nas capacidades dos maridos (excluindo-os nos cuidados da criança) fazem com que os homens experienciem a coparentalidade de forma mais positiva enquanto as mulheres têm uma perceção mais negativa (Augustin & Frizzo, 2015).

Para além disso, vários autores postulam que a idade das crianças é um indicador que influencia o nível de coparentalidade (cooperação) entre os pais. Comparando a etapa das famílias com filhos em idade pré-escolar e a etapa das famílias com filhos na pré-adolescência, é possível verificar que os pais possuem um maior nível de cooperação quando as crianças ingressam na escola (Margolin, Gordis & John, 2001; Augustin & Frizzo, 2015).

No estudo realizado por Augustin e Frizzo (2015), os autores investigaram o nível de coparentalidade em duas famílias e duas etapas diferentes: na etapa dos filhos pequenos (quando as crianças tinham 1 ano) e na etapa dos filhos em idade escolar (quando as crianças fizeram 6 anos). Os resultados indicaram diferenças nas duas famílias. A primeira família apresentou um elevado nível de cooperação e acordo tanto na educação como na divisão das tarefas parentais, no 1º e 6º ano de vida da criança. Contrariamente, a segunda família evidenciou um maior nível de intolerância, criticismo e desacordo entre o casal relativamente à educação e à distribuição das tarefas no 1º ano de vida, tendo melhorado no 6º ano de vida da criança. Deste modo é possível perceber que as características dos pais e o processo de desenvolvimento das crianças influenciam a coparentalidade e que esta se altera ao longo das diferentes etapas do ciclo de vida.

2. Objetivos e Hipóteses de Investigação

Objetivo Geral

O presente estudo tem como principal objetivo estudar a relação entre a coparentalidade e a satisfação conjugal e a forma como estas variáveis evoluem ao longo das diferentes etapas no ciclo de vida da família. As diferentes etapas alvo de estudo serão as famílias com filhos pequenos; famílias com filhos em idade escolar; famílias com filhos adolescentes e famílias que passam pelo processo do “ninho vazio”, ou seja, em que os filhos saem da casa dos pais.

Objetivos Específicos

Definimos três objetivos específicos para este estudo:

O primeiro objetivo específico pretende investigar como é que a satisfação conjugal e a coparentalidade se relacionam entre si.

O segundo objetivo específico visa investigar a maneira como a satisfação conjugal evolui ao longo das diferentes etapas do ciclo de vida da família.

O terceiro objetivo específico engloba estudar a forma como a coparentalidade evolui ao longo das diferentes etapas do ciclo de vida da família.

Hipóteses de Investigação

Face aos objetivos referidos, o presente estudo visa testar as seguintes hipóteses:

H1- A satisfação conjugal e a coparentalidade tendem a relacionar-se, isto é, existe uma correlação positiva entre a satisfação conjugal e uma coparentalidade cooperativa.

H2- A satisfação conjugal varia de acordo com a idade dos filhos, sendo mais elevada nas duas últimas etapas do ciclo de vida da família.

H3- A coparentalidade varia de acordo com a idade dos filhos, havendo um menor nível de cooperação na etapa dos filhos pequenos e um maior nível de cooperação na etapa das famílias com filhos em idade escolar.

3. Método

3.1. Caracterização da amostra

A caracterização dos participantes será realizada tendo em conta as questões sociodemográficas dos pais e a estrutura familiar dos mesmos, recolhidas através do Questionário Sociodemográfico.

Caraterização dos pais

Na presente investigação, a amostra é constituída por 606 participantes, sendo 557 mães e 49 pais. A idade média das mães é 39,47 anos (DP=8,53), variando entre a idade mínima de 20 anos e a idade máxima de 80 anos. Em relação aos pais, a idade média é 49,47 anos (DP=10,19), oscilando entre a idade mínima de 29 anos e a idade máxima de 82 anos.

Relativamente à localidade, observa-se que os participantes são maioritariamente de Portugal Continental (72%), estando distribuídos pela região norte (18%), região centro (34,5%) e região sul (19,5%). As ilhas (Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira) representam 26,6 % da amostra. Os restantes participantes ($n= 9$) são originários de outros países (Brasil, Inglaterra, Luanda e Suíça) (1,5%).

Quanto ao estado civil, a maioria dos participantes assinalou estar casado ($n= 420$; 69,3%) e os restantes pais estão em união de facto ($n= 186$; 30,7%). A duração média dos relacionamentos é 14,83 anos (DP= 9,15), sendo que a relação marital mais recente tem 2 meses e a mais longa 60 anos.

No que concerne ao nível de escolaridade, verifica-se que 61,7% das habilitações evidenciadas pelos pais foram obtidas ao nível do ensino superior (licenciatura, bacharelado, pós-graduações, cursos técnicos superiores, mestrado e doutoramento). Mais especificamente, a amostra é constituída por 266 licenciados (43,9%), 73 mestres (12%), 11 doutores (1,8%) e 24 participantes que frequentaram bacharelado, pós-graduações ou cursos técnicos superiores (4%). Por fim, segue-se o ensino secundário ($n= 133$; 21,9%), o ensino básico ($n = 66$; 10,9%) e o ensino primário ($n= 27$; 4,5%).

Face à situação laboral dos pais, é possível perceber que grande parte dos participantes estava empregada ($n= 517$; 85,3%); uma pequena percentagem estava

desempregada ($n= 70$; 11,6%) e as restantes pessoas apresentavam outra opção alternativa em relação às anteriores ($n= 19$; 3,1%). Em relação à outra opção, esta representa as pessoas que são mães a tempo inteiro, donas de casa (empregadas domésticas), estudantes e reformados.

Caracterização da estrutura familiar

No que concerne à estrutura familiar, mais especificamente à variável “número de filhos”, a tabela 1 mostra-nos as frequências e percentagens da mesma. De acordo com a tabela 1, a média do número de filhos dos participantes é de aproximadamente 1.69 (DP= 0,725), onde a maioria tem 1 ou 2 filhos (44,6% e 44,4%, respetivamente). É também possível observar que 11% da amostra representam famílias numerosas (isto é, que tenham mais que 2 filhos) ($n= 67$). O intervalo de diferença entre as idades do 1º e o 2º filho é no mínimo 1 ano e no máximo 19 anos. Existem na amostra 7 pais que possuem gémeos. Quanto ao género dos filhos, há no total cerca de 488 raparigas e 529 rapazes.

Tabela 1

Análise descritiva da estrutura familiar- Número de filhos

| Nº de filhos | n | % | % acumulada | M | DP |
|--------------|-----|--------|-------------|------|-------|
| 1 | 270 | 44.6 | 44.6 | 1.69 | 0.725 |
| 2 | 269 | 44.4 | 88.9 | | |
| 3 | 55 | 9.1 | 98.0 | | |
| 4 | 11 | 1.8 | 99.8 | | |
| 5 | 1 | 0.2 | 100.0 | | |
| Total | 606 | 100.00 | 100.00 | | |

No que diz respeito à paternidade dos filhos, verificamos que a maioria das crianças são fruto do relacionamento atual dos pais ($n= 556$; 91,9%). Ao analisar mais

especificamente os restantes casos ($n= 49$), verificamos que existem 32 participantes cujo primeiro filho não é fruto da relação conjugal atual, 11 pessoas cujo primeiro e o segundo filho não o são, 1 participante que apenas o segundo filho não é e 3 pessoas cujos três filhos não o são (num dos casos, os 3 filhos são os mais velhos).

Seguidamente, destacamos as etapas do ciclo de vida da família, uma das principais variáveis na realização deste estudo. De acordo com as descrições dos participantes relativas à idade do primeiro filho, identificaram-se, na tabela 2, quatro etapas do ciclo de vida da família: etapa das famílias com filhos pequenos ($n= 277$; 37,5%); etapa das famílias com filhos em idade escolar ($n= 168$; 27,7%); etapa das famílias com filhos adolescentes ($n= 100$; 16,5%) e etapa das famílias no processo do “ninho vazio” ($n=77$; 12,7%).

Tabela 2

Análise descritiva da estrutura familiar- Etapas do ciclo de vida da família

| Etapas do ciclo de vida | | n | % | % válida | % acumulada |
|-------------------------|--|-----|------|----------|-------------|
| Válido | Etapa das famílias com filhos pequenos | 277 | 37.5 | 39.7 | 39.7 |
| | Etapa das famílias com filhos em idade escolar | 168 | 27.7 | 29.4 | 69.1 |
| | Etapa das famílias com filhos adolescentes | 100 | 16.5 | 17.5 | 86.5 |

| | | | | | |
|--------|---|-----|-------|-------|-------|
| | Etapa das famílias no processo do “ninho vazio” | 77 | 12.7 | 13.5 | 100.0 |
| | Total | 572 | 94.4 | 100.0 | |
| Omisso | Sistema | 34 | 5.6 | | |
| | Total | 606 | 100.0 | | |

Por fim, relativamente à variável relacionada com a saída dos filhos de casa, é possível constatar que grande parte dos filhos ainda se encontram a morar nas casas dos pais ($n= 528$; 87,1%). Quanto aos casos que já não partilham a mesma casa ($n= 77$; 12,7%), a duração média que os filhos levam a sair é de aproximadamente 5,85 anos (DP= 5,66). O filho que saiu mais recentemente de casa saiu há um mês e o filho que saiu há mais tempo de casa foi há 22 anos. Os principais motivos que levam à saída dos filhos de casa concentram-se em circunstâncias relacionadas com os estudos ($n= 36$; 5,9%); com trabalho ($n= 28$; 4,6%) e com outras opções alternativas às anteriores ($n= 17$; 2,8%). As opções alternativas aos estudos e ao trabalho centraram-se essencialmente à saída dos filhos de casa para formar família, casar, habitar com familiares e/ou emigração.

3.2. Instrumentos

3.2.1. Questionário Sociodemográfico

De forma a conseguir realizar o estudo proposto, em primeiro lugar foi aplicado o questionário sociodemográfico. Este questionário de recolha de informação foi construído de forma a abranger os pais (mães e pais) e permitiu aceder a diversas variáveis de interesse dos participantes.

O questionário está dividido em duas partes: a primeira diz respeito a questões sociodemográficas dos pais e a segunda parte envolve questões relacionadas com a estrutura familiar.

A primeira parte integra 8 questões sendo estas: o género dos pais; a idade; a localidade; o estado civil (sendo este um pré-requisito da amostra); a duração da relação conjugal; o nível de escolaridade; a situação e atividade profissional atual. A segunda parte engloba 4 questões nomeadamente, o número de filhos; a idade e sexo dos filhos; a paternidade dos filhos (se são fruto da relação conjugal atual e caso não o sejam, qual dele(s) não o é(são)); e a permanência dos filhos em casa (em caso de saída, incluiu-se ainda o tempo e circunstância de saída).

3.2.2. Questionário da Coparentalidade (QC)

Num segundo momento foi aplicado o Questionário de Coparentalidade (QC) desenvolvido por Margolin, Gordis e John (2001), cuja validação e aferição para a população portuguesa foi realizada por Pedro e Ribeiro em 2013.

Este questionário avalia a perceção como os indivíduos consideram a coparentalidade, no qual o preenchimento é relativo ao companheiro, de forma a mitigar possíveis enviesamentos relacionados com a desejabilidade social. Neste sentido e considerando um casal, a mãe avalia o comportamento coparental do pai e, por sua vez, o pai avalia o comportamento coparental da mãe.

Este questionário está dirigido às três componentes da coparentalidade, nomeadamente o conflito, a cooperação e a triangulação. Sucintamente, a dimensão “conflito” caracteriza-se pela quantidade, frequência e severidade dos desacordos e discussões entre os pais relativamente à educação da criança e pela presença de tentativas de boicote e enfraquecimento da figura parental. A dimensão “cooperação” engloba a valorização, o apoio e o respeito entre os cônjuges no exercício da parentalidade. Os casais que apresentam uma coparentalidade cooperativa mostram disponibilidade e segurança na divisão das responsabilidades parentais, contribuindo para uma parentalidade mais eficaz. A dimensão “triangulação” ocorre quando há uma distorção das fronteiras entre os subsistemas parental e filial. Isto é, quando uma das figuras parentais se coliga à criança com o intuito de desvalorizar, enfraquecer e excluir o outro membro parental. Nestes casos, os filhos podem ser pressionados a escolher uma das

figuras parentais, tornando-se confidentes e transmissores das mensagens entre os pais (Pedro & Ribeiro, 2013).

O Questionário da Coparentalidade é uma medida de autorrelato, constituída por 14 itens divididas em três subescalas: Cooperação (itens 1 a 5); Triangulação (itens 6 a 9) e Conflito (itens 10 a 14). O item 13 encontra-se invertido, estando este escrito de forma positiva (“... *concorda com as minhas decisões relativas à disciplina do nosso filho.*”). Os participantes respondem numa escala do tipo *Likert* de cinco pontos, em que o primeiro equivale ao “nunca” e o quinto equivale ao “sempre” (Pedro & Ribeiro, 2013).

Relativamente às propriedades psicométricas, a versão original deste questionário revelou níveis satisfatórios de consistência interna nas três subescalas (*Alfas de Cronbach* entre 0,69 e 0,89) para pais e mães (Margolin, Gordis & John, 2001). Semelhantemente, a versão portuguesa do instrumento, revelou níveis elevados e aceitáveis de consistência interna (de acordo com o critério de Nunnally (1978) para os pais: α cooperação= 0,89; α triangulação= 0,77; α conflito= 0,71 e para as mães: α cooperação= 0,88; α triangulação= 0,85; α conflito= 0,76). Adicionalmente, o questionário da coparentalidade também apresenta qualidades psicométricas aceitáveis no que toca à validade fatorial e fiabilidade (Pedro & Ribeiro, 2013).

Para a análise da consistência interna do instrumento, foi calculado o alfa de *Cronbach* para cada dimensão do questionário utilizado na presente investigação. De uma forma geral, o instrumento apresentou resultados razoáveis (alfa de *Cronbach* superior a .70), o que revela um bom índice de consistência interna (Pestana & Gageiro, 2007). Mais especificamente, a subescala Conflito obteve uma consistência de .773 (razoável), enquanto que as subescalas Cooperação e Triangulação obtiveram valores mais elevados, .892 e .838, respetivamente.

Considerando o estudo de Pedro e Ribeiro (2013), os valores de consistência interna variaram entre .71 e .89. Por conseguinte, verificamos que os valores de consistência interna mantiveram-se razoáveis e bons, com valores de alfa de *Cronbach* entre .773 e .892. Em suma, os resultados obtidos no presente estudo vão ao encontro dos resultados encontrados no estudo prévio, o que induz consistência e fiabilidade nos resultados do nosso estudo.

3.2.3. Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal (EASAVC)

Para estudar a satisfação conjugal, foi solicitado o preenchimento da Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal (EASAVC), de Narciso e Costa (1996).

Esta escala permite avaliar por autoavaliação a maneira como os indivíduos consideram a satisfação e perceber as áreas mais ou menos fortes do casal (Afonso, 2018).

Esta escala foca duas grandes dimensões que se dividem em dez facetas (áreas da vida conjugal). A primeira dimensão representa o amor, e compreende: os sentimentos e a expressão dos sentimentos; a sexualidade; as características físicas e psicológicas, a intimidade emocional e continuidade. Por sua vez, a segunda dimensão diz respeito à funcionalidade, e tem como facetas: as funções familiares, a comunicação e conflito; a autonomia, os tempos livres e as relações extrafamiliares (Narciso & Costa, 1996).

Resumidamente, o amor caracteriza-se pelos sentimentos, paixão, intimidade e compromisso que o casal nutre um pelo outro e pela relação. A primeira área da vida conjugal da dimensão do amor são os sentimentos e expressão de sentimentos. Como o próprio nome indica, esta área caracteriza-se pela capacidade de o casal identificar e exprimir os seus sentimentos e a admiração que sentem um pelo outro. A segunda área trata-se da sexualidade e define-se pela frequência, qualidade e prazer das relações sexuais e o desejo sexual pelo parceiro. A terceira área, a intimidade emocional, envolve o apoio emocional, a confiança, o interesse e a atenção mútua que cada elemento do casal partilha com o parceiro acerca dos seus interesses e gostos. A quarta área é a continuidade da relação, que representa as expectativas de cada membro do casal e a perspetiva futura da relação. A última área diz respeito às características físicas e psicológicas, ou seja, a opinião de cada pessoa sobre o aspeto e particularidades do parceiro (Narciso & Costa, 1996).

Sobre a dimensão da funcionalidade, esta envolve a forma como o casal se organiza e gere entre eles, família, amigos e outros. A primeira área da vida conjugal da dimensão da funcionalidade são as funções familiares. Estas incluem a responsabilidade, tomadas de decisão e a gestão financeira e das tarefas do dia a dia (domésticas). A segunda

área envolve os tempos livres, a quantidade e qualidade dos momentos vividos individualmente e em casal. A terceira área trata-se da autonomia e privacidade de cada elemento do casal. A quarta área da vida conjugal é a comunicação e conflitos, sendo caracterizada tanto pela frequência, qualidade e temas de diálogo entre o casal, como pela frequência e intensidade dos conflitos e a respetiva resolução dos mesmos. A última área da vida conjugal trata-se das relações extrafamiliares, ou seja, o tipo de relação estabelecida com os amigos, colegas de trabalho e família de origem de cada um dos elementos do casal (Narciso & Costa, 1996).

Quanto ao seu formato, a EASAVC é uma escala constituída por 44 itens, que se organizam em 3 zonas da vida conjugal. A primeira tem como foco o casal e inclui 14 itens (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 14, 15, 16, 17, 18, 25, 28, 35 e 38); a segunda zona refere-se ao outro com 14 itens (8, 11, 13, 20, 22, 24, 27, 30, 32, 34, 37, 40, 42 e 44) e a terceira zona foca-se no próprio (indivíduo) com os restantes 14 itens (9, 10, 12, 19, 21, 23, 26, 29, 31, 33, 36, 39, 41 e 43) (Narciso & Costa, 1996). Relativamente ao tipo de resposta, esta pode variar numa escala *Likert* de seis pontos, em que o 1 representa o “nada satisfeito” e o 6 representa “completamente satisfeito” (Afonso, 2018; Narciso & Costa, 1996).

No que concerne às propriedades psicométricas, as primeiras análises fatoriais aquando da criação da escala, mostram que o instrumento possui dois fatores principais (amor e funcionalidade), apresentando uma elevada consistência interna (α funcionamento= 0,90 e α amor= 0,97) (Narciso & Costa, 1996; Narciso & Ribeiro, 2007/2008). Uma revisão psicométrica realizada com dados de janeiro de 2010 pelas autoras também revelaram que a escala apresenta uma elevada consistência interna, com os seguintes valores nas subescalas: α Intimidade Emocional= 0.96; α Sexualidade= 0.93; α Comunicação/Conflito= 0.91; α Funções familiares= 0.84; α Rede Social= 0.73; α Autonomia= 0.82; α Tempos Livres= 0.70 e α Satisfação Conjugal Global= 0.97.

À semelhança do instrumento anterior, foi calculado o alfa de *Cronbach* para cada dimensão do instrumento para aceder aos valores da consistência interna. No instrumento EASAVC, cada subconjunto de itens relacionados a cada subescala, apresentaram valores bons ($.80 < \alpha \leq .90$) e muito bons ($\alpha \geq .90$). As subescalas que revelaram valores mais elevados de consistência interna são a Intimidade Emocional (.980), a Sexualidade (.962) e a Comunicação/Conflito (.951). Concomitantemente, as subescalas Funções Familiares

(.846), Autonomia (.892), Rede Social (.825) e Tempos Livres (.846), apresentaram bons valores de consistência interna.

Relacionando com a literatura prévia e com base na revisão psicométrica realizada pelas autoras do instrumento EASAVC em 2010, os valores de consistência interna variaram entre .70 e .96. Neste estudo foi possível verificar que os valores para as mesmas variáveis foram superiores, à exceção da subescala Funções Familiares que se manteve igual. Deste modo, os resultados obtidos seguem a literatura e permitem transmitir consistência e fiabilidade no nosso estudo.

3.3. Procedimento de recolha dos dados

O presente estudo segue uma abordagem quantitativa e ancora-se no plano de investigação quantitativa correlacional (Almeida & Freire, 2007; Coutinho, 2011). Optou-se por utilizar métodos de amostragem não probabilísticos, nomeadamente por conveniência (sendo solicitada a participação voluntária dos participantes) e por bola de neve (com a ajuda de alguns contactos dos participantes) (Marôco, 2014).

Para a realização deste estudo, o processo de recolha dos dados pretendida incidiu em dois formatos: no formato papel e lápis (presencial) e no formato *online* (através da criação de um formulário no *Google Forms*). Os dados da amostra foram recolhidos entre janeiro de 2020 e fevereiro de 2021.

Em relação ao primeiro formato, este ocorreu num contexto informal visto que se dirigiu tanto a elementos próximos da investigadora (familiares e amigos) como a pessoas aleatoriamente encontradas (na rua e na universidade). No caso dos sujeitos conhecidos, a maioria dos participantes foi contactada via telefónica para averiguar o interesse e a disponibilidade de participação no estudo. Após o contacto, organizaram-se momentos de aplicação dos instrumentos.

Antes de os participantes responderem aos questionários, foram apresentados os objetivos do estudo bem como assegurado o anonimato e o sigilo das respostas fornecidas pelos mesmos. Concomitantemente, foram verificadas as condições de participação no estudo, isto é, se os participantes tinham idade igual e/ou superior a 18 anos, se estavam a viver uma relação conjugal e se tinham pelo menos um filho. Após isso, foram entregues

aos participantes o Termo de Consentimento Informado (Anexo A) e os instrumentos utilizados na investigação (Questionário Sociodemográfico [Anexo B], a Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal [Anexo C] e o Questionário da Coparentalidade [Anexo D]).

Com o intuito de obter um maior número de pessoas incluídas no presente estudo, foram entregues exemplares de questionários em envelopes a algumas pessoas que participaram na investigação e que conheciam potenciais participantes.

Para este processo no formato papel e lápis foram impressos e entregues 305 questionários, sendo que apenas 148 foram devolvidos. Destes, 5 foram considerados inválidos: 2 por não estarem devidamente preenchidos e 3 por não cumprirem com os critérios de inclusão relacionados com o estado civil (eram pessoas solteiras e divorciadas).

Relativamente ao segundo formato, o formato *online*, este surgiu como uma solução à problemática causada pela pandemia Covid-19. A impossibilidade de contactar com as pessoas presencialmente e o facto de o país ter decretado o primeiro estado de emergência, teve como consequência o isolamento e confinamento da população. Então, para garantir uma amostra para a realização do estudo e para que o preenchimento digital do instrumento fosse possível, foi desenvolvido um formulário no *Google Forms*. A estrutura do instrumento não foi alterada, mantendo-se igual ao formato papel e lápis.

Antes de o questionário ser divulgado, foi feita uma pesquisa eletrónica dos grupos que mais se adequavam à população-alvo. Para tal, foi utilizado a rede social *Facebook* e encontraram-se vários tipos de grupos ligados à parentalidade: grupos de apoio à mães e pais; grupos de grávidas e mães de “primeira viagem”; grupos de partilha de atividades lúdico-pedagógicas para crianças e jovens; grupos de vendas de artigos para bebés e crianças, grupos associados à agrupamentos escolares (infantários, creches, escolas básicas e secundárias); grupos de associações de pais e grupos de ATL’s (Atividades dos tempos livres). Paralelamente também foi pedido à alguns grupos com pessoas dispostas a participar na investigação como: grupos alusivos a turmas de vários anos de escolaridade; grupos profissionais (ex.: professores, psicólogos e assistentes sociais) e grupos religiosos (ex.: Equipas Jovens de Nossa Senhora e Equipas de Nossa Senhora).

Diante disto e para que o questionário fosse partilhado nos diversos grupos, foi pedida uma autorização a cada administrador para que fosse permitida a divulgação do estudo nas páginas de *Facebook*, possibilitando a participação dos membros dos grupos. Nesse primeiro contacto, foram apresentados os objetivos do estudo, asseguradas as questões éticas (anonimato e sigilo das respostas) e realçada a pertinência de cada contributo (participação) para a realização do estudo.

Deste modo, foram contactados 290 administradores associados a cada um dos grupos no *Facebook*. Destes 290 pedidos, 48 administradores não responderam ao pedido de partilha do questionário e 5 não permitiram a partilha do mesmo. Portanto, o questionário foi divulgado em 237 grupos no *Facebook* e disponibilizado *online* em outras redes sociais.

Neste processo *online* foram conseguidas 473 respostas aos questionários, sendo que 10 destas foram considerados inválidas: 1 por não estar devidamente preenchido (não mencionava a idade do primeiro filho), 8 por não respeitarem os critérios de inclusão relacionados com o estado civil e 1 por não respeitar o critério de inclusão relacionado com a parentalidade (não tinha filhos).

3.4. Procedimento de análise dos dados recolhidos

De forma a alcançar os objetivos propostos à realização da presente investigação quantitativa, os dados obtidos através da aplicação dos instrumentos foram analisados e tratados com recurso ao programa estatístico *IBM SPSS Statistics (Versão 24)*.

Após todos os dados recolhidos terem sido compilados e inseridos num único ficheiro de dados *SPSS*, procedeu-se à inspeção do ficheiro, eliminando todos os casos que não cumpriram os critérios de inclusão. Como referido anteriormente, foram eliminados 15 questionários.

Seguidamente, foi criada uma das principais variáveis, a etapa do ciclo de vida da família, considerando a idade do primeiro filho. De forma a permitir a dicotomização desta varável: do nascimento até aos 5,92 anos= etapa das famílias com filhos pequenos; dos 6 até aos 12,92 anos= etapa das famílias com filhos em idade escolar e dos 13 aos 20,92 anos= etapa das famílias com filhos adolescentes. A etapa das famílias no processo

do “ninho vazio”, foi estabelecida com base na saída de pelo menos um dos filhos de casa.

A análise dos dados foi dividida em duas partes: a primeira, relacionada com as variáveis sociodemográficas dos participantes e a segunda, envolvendo os testes de hipóteses aos construtos do estudo.

Relativamente à primeira parte e com o objetivo de conhecer melhor a população inquirida, foram realizadas análises descritivas às variáveis sociodemográficas, nomeadamente através do cálculo de médias, desvios-padrão, valores máximos e mínimos, frequências e percentagens. Semelhantemente, os construtos da coparentalidade (cooperação, triangulação e conflito) e a satisfação conjugal (total) foram também analisados descritivamente. Na segunda parte, verificaram-se os pressupostos da normalidade da distribuição e a homogeneidade das variâncias, subjacentes à utilização dos testes paramétricos. Face às hipóteses estabelecidas, recorreu-se ao uso de testes de associação e de diferenças.

A primeira hipótese do estudo envolveu os dois principais construtos (coparentalidade e a satisfação conjugal) e foi analisada com recurso aos testes de associação, mais especificamente, os coeficientes de correlação de Pearson. No que concerne às restantes hipóteses, estas envolveram as diferenças entre a variável independente (etapas do ciclo de vida da família) e os construtos (coparentalidade e satisfação conjugal). Neste sentido, utilizou-se a análise de variância (ANOVA) devido à presença de 3 ou mais grupos independentes e pela sua robustez na análise dos dados.

4. Resultados

Como referido anteriormente, neste ponto serão apresentados os resultados obtidos através da análise dos dados.

Considerando a análise descritiva das subescalas da coparentalidade e a satisfação conjugal total, calculou-se a média, desvio-padrão, mínimo e máximo (tabela 3). No que toca à coparentalidade, observamos que grande parte dos pais percecionam comportamentos de apoio e suporte na relação coparental (M= 21.05; DP= 3.895). Por outro lado, algumas figuras parentais percecionam comportamentos hostis por parte dos cônjuges (M= 9.71; DP= 3.721) e existe um número mais baixo de pais que sentem alienação parental e manipulação através dos filhos (M= 5.10; DP= 2.169). Quanto à amplitude das pontuações, verificaram-se valores parecidos nas subescalas “cooperação” e “conflito”, mínimo-5 e máximo-25 e mínimo- 5 e máximo- 22, respetivamente. Na subescala “triangulação” verificaram-se como valor mínimo- 4 e valor máximo- 22. Quanto à satisfação conjugal, é possível verificar que a maioria dos pais consideram estar satisfeitos conjugalmente (M= 195.74; DP= 43.951). As pontuações mínimas e máximas variam entre 52 e 264.

Tabela 3

Dimensões da coparentalidade e satisfação conjugal total- média, desvio-padrão, mínimo e máximo

| | M | DP | Mínimo | Máximo |
|----------------|--------|--------|--------|--------|
| Cooperação | 21.05 | 3.895 | 5 | 25 |
| Triangulação | 5.10 | 2.169 | 4 | 20 |
| Conflito | 9.71 | 3.721 | 5 | 22 |
| Satisfação | 195.74 | 43.951 | 52 | 264 |
| Conjugal Total | | | | |

N = 351

Posteriormente, comparou-se as médias das mães e dos pais nas subescalas da coparentalidade e a satisfação conjugal total. Os resultados presentes na tabela 4 indicam que não existem diferenças estatisticamente significativas nas médias entre mães e pais nas subescalas da coparentalidade, nomeadamente na cooperação ($t = -.891$; $p = .373$), triangulação ($t = .170$; $p = .865$) e conflito ($t = -1.412$; $p = .159$), nem na satisfação conjugal total ($t = .492$; $p = .623$).

Apesar disso, é possível verificar que os pais sentem mais apoio e suporte na relação coparental ($M = 21.51$; $DP = 3.348$) em comparação com as mães ($M = 20.95$; $DP = 4.013$). No que toca à triangulação, as mães tendem a perceber mais comportamentos de alienação por parte dos pais dos filhos ($M = 5.13$; $DP = 2.335$) do que os pais em relação às mães dos seus filhos ($M = 5.07$; $DP = 2.005$). Por outro lado, os pais sentem mais agressividade e comportamentos hostis por parte das mães ($M = 10.58$; $DP = 3.640$) do que as mães em relação aos pais dos seus filhos ($M = 9.76$; $DP = 3.734$). Por fim, as mães sentem maiores níveis de satisfação conjugal ($M = 196.91$; $DP = 44.779$) do que os pais ($M = 193.27$; $DP = 39.507$) (tabela 4).

Tabela 4

Comparação de médias das dimensões da coparentalidade e a satisfação conjugal total em função do género dos pais através do Teste T para amostras independentes

| | Mães | Pais | T | p |
|----------------|-----------------|-----------------|--------|------|
| | M (DP) | M (DP) | | |
| Cooperação | 20.95 (4.013) | 21.51 (3.348) | -.891 | .373 |
| Triangulação | 5.13 (2.335) | 5.07 (2.005) | 0.170 | .865 |
| Conflito | 9.76 (3.734) | 10.58 (3.640) | -1.412 | .159 |
| Satisfação | 196.91 (44.779) | 193.27 (39.507) | 0.492 | .623 |
| Conjugal Total | | | | |

Para a análise dos dados, a distribuição normal das variáveis dependentes foi assumida como normal, de acordo com o Teorema do Limite Central. Este teorema postula que quando uma amostra é superior a 30 indivíduos, é possível admitir que esta apresenta uma distribuição normal (Marôco, 2014; Martins, 2006). Posto isto e tendo em conta que a presente amostra tem 606 indivíduos, foram utilizados os testes paramétricos.

Como forma de testar a primeira hipótese de investigação, recorreu-se ao cálculo do coeficiente de correlação de *Pearson* (tabela 5) que permite averiguar a correlação entre as variáveis.

Os resultados indicam que existem diferenças significativas entre a satisfação conjugal total e as diferentes dimensões da coparentalidade. A satisfação conjugal total apresenta uma correlação positiva forte com a “cooperação” ($r = .59$; $p < .01$). Contrariamente, correlaciona-se de forma negativa moderada com a “triangulação” ($r = -.37$; $p < .01$) e o “conflito” ($r = -.48$; $p < .01$) (Cohen, 1988). Deste modo, verificamos que maiores níveis de satisfação conjugal estão associados positivamente à coparentalidade cooperativa (e vice-versa), o que corrobora a primeira hipótese. Verificamos ainda que maiores níveis de satisfação conjugal se relacionam negativamente com a coparentalidade conflituosa e triangulada (e vice-versa).

Tabela 5

Análise da relação entre a satisfação conjugal total e as dimensões da coparentalidade através do coeficiente de correlação de Pearson.

| | | Satisfação Conjugal Total | Cooperação | Triangulação | Conflito |
|---------------------------------|-------------------------------------|---------------------------------|------------|--------------|----------|
| Satisfação Conjugal Total | Coeficiente de Correlação (r) | 1 | .587** | -.368** | -.475** |

| | | | | |
|------------------------------|-----|------|------|------|
| Significância (bilateral) | - | .000 | .000 | .000 |
| N | 390 | 374 | 372 | 368 |

** . A correlação é significativa ao nível 0.01 (bilateral).

Para testarmos a segunda e terceira hipótese de investigação, recorreu-se à análise de variância (ANOVA) como forma de aceder às diferenças entre as variáveis dependentes (satisfação conjugal e coparentalidade) e a variável independente (etapas do ciclo de vida da família).

Relativamente à segunda hipótese, os resultados presentes na tabela 6 mostram que os níveis de significância são superiores a 0.05 nas quatro etapas do ciclo de vida da família. Neste sentido, não existem diferenças significativas entre a satisfação conjugal total e as diferentes etapas do ciclo de vida da família ($F(3,366) = 0.188, p = .904$).

Apesar de os valores não serem estatisticamente significativos, verificamos que a média da satisfação conjugal total é mais elevada na etapa das famílias com filhos em idade escolar ($M=198.64$) e na etapa das famílias no processo do “ninho vazio” ($M=197.57$). Por conseguinte, tanto a média da satisfação conjugal total na etapa das famílias com filhos pequenos ($M=194.78$) como na etapa das famílias com filhos adolescentes ($M=194.86$) é mais baixa.

Estes dados contrariam parcialmente a segunda hipótese de investigação.

Tabela 6

Análise de variância entre a satisfação conjugal total e as diferentes etapas do ciclo de vida da família

| | | |
|--|-----------------------|-------|
| | Teste de Levene | ANOVA |
|--|-----------------------|-------|

| Etapa do Ciclo de Vida | | M | DP | ρ | gl | F | P |
|---------------------------------|-------------------------------------|--------|--------|--------|----|-------|-------|
| Satisfação Conjugal Total | Filhos pequenos (n= 141) | 194.78 | 44.168 | 0.294 | 3 | 0.188 | 0.904 |
| | Filhos em idade escolar (n= 104) | 198.64 | 45.351 | | | | |
| | Filhos adolescentes (n= 63) | 194.86 | 49.366 | | | | |
| | “Ninho vazio” (n=58) | 197.57 | 38.225 | | | | |
| | Total= 366 | 196.33 | 44.428 | | | | |

No que concerne à terceira hipótese de investigação, as análises realizadas permitem concluir que existem diferenças estatisticamente significativas em algumas etapas do ciclo de vida da família (tabela 7). Assim, foi necessário realizar um teste *Post-Hoc*, com o intuito de comparar os grupos. Tendo em conta as características das variáveis e dos grupos optou-se pelo teste *Post-Hoc Scheffe*, apresentando-se os resultados da comparação entre os grupos estatisticamente significativos na tabela 8.

Deste modo, verificou-se níveis de significância iguais e inferiores a 0.05 na etapa das famílias com filhos adolescentes em relação à coparentalidade cooperativa ($p= 0.000$) e na etapa das famílias no processo do “ninho vazio” em relação à coparentalidade cooperativa ($p= 0.000$) e conflituosa ($p= 0.005$).

Relativamente à coparentalidade cooperativa, os indivíduos da etapa das famílias com os filhos pequenos diferem significativamente dos indivíduos da etapa das famílias com filhos adolescentes ($p= 0.000$) e da etapa das famílias no processo do “ninho vazio” ($p= 0.015$). Pela análise das médias, verifica-se que existe uma maior perceção de suporte e cooperação por parte dos pais na etapa das famílias com os filhos pequenos ($M= 21.99$),

seguindo-se a etapa das famílias com filhos em idade escolar (M= 20.97), a etapa das famílias no processo do “ninho vazio” (M= 20.30) e por fim, a etapa das famílias com filhos adolescentes (M= 19.57).

No que toca à coparentalidade conflituosa, os pais da etapa das famílias com os filhos pequenos diferem significativamente dos pais da etapa das famílias no processo do “ninho vazio” ($p= 0.038$). Atendendo às médias, observou-se que os pais percecionam uma coparentalidade mais hostil e conflituosa na etapa das famílias no processo do “ninho vazio” (M= 10.63), seguindo-se a etapa das famílias com filhos adolescentes (M= 10.39), a etapa das famílias com filhos em idade escolar (M= 10.00) e por último, a etapa das famílias com filhos pequenos (M= 9.15).

Tendo em conta os dados anteriores, estes contrariam em parte a terceira hipótese de investigação.

Tabela 7

Análise da variância entre a coparentalidade e as diferentes etapas do ciclo de vida da família.

| Dimensão | Etapa do Ciclo de Vida | M | DP | Teste de Levene ANOVA | | | |
|------------|----------------------------------|-------|-------|-----------------------|----|-------|-------|
| | | | | ρ | gl | F | P |
| Cooperação | Filhos pequenos (n= 217) | 21.99 | 3.293 | 0.000 | 3 | 9.876 | 0.000 |
| | Filhos em idade escolar (n= 157) | 20.97 | 3.935 | | | | |
| | Filhos adolescentes (n= 93) | 19.57 | 4.806 | | | | |

| | | | | | | | |
|--------------|----------------------------------|-------|-------|-------|---|-------|-------|
| | “Ninho vazio” (n=73) | 20.30 | 3.726 | | | | |
| Triangulação | Filhos pequenos (n=209) | 4.94 | 2.512 | 0.194 | 3 | 2.323 | 0.074 |
| | Filhos em idade escolar (n= 160) | 4.96 | 1.966 | | | | |
| | Filhos adolescentes (n= 93) | 5.26 | 2.085 | | | | |
| | “Ninho vazio” (n= 74) | 5.69 | 2.575 | | | | |
| Conflito | Filhos pequenos (n=210) | 9.15 | 3.456 | 0.140 | 3 | 4.266 | 0.005 |
| | Filhos em idade escolar (n= 160) | 10.00 | 3.773 | | | | |
| | Filhos adolescentes (n= 94) | 10.39 | 4.138 | | | | |
| | “Ninho vazio” (n= 73) | 10.63 | 3.910 | | | | |

Tabela 8

Comparações das médias entre grupos através do teste Post-Hoc Scheffe

| Variável dependente | Etapa do ciclo de vida (I) | Etapa do ciclo de vida (J) | Diferença média (I-J) | Significância | Intervalo de confiança 95% | |
|---------------------|----------------------------|----------------------------|-----------------------|---------------|----------------------------|-----------------|
| Cooperação | | | | | Limite inferior | Limite superior |

| | | | | | | |
|--------------|--------------------|-------------------------------|---------|-------|-------|-------|
| | Filhos pequenos | Filhos em idade escolar | 1.012 | 0.098 | -0.12 | 2.14 |
| | | Filhos adolescentes | 2.416* | 0.000 | 1.08 | 3.75 |
| | | “Ninho vazio” | 1.685* | 0.015 | 0.23 | 3.14 |
| Triangulação | Filhos pequenos | Filhos em idade escolar | -0.018 | 1.000 | -0.70 | 0.66 |
| | | Filhos adolescentes | -0.320 | 0.741 | -1.12 | 0.48 |
| | | “Ninho vazio” | -0,751 | 0.121 | -1.62 | 0.12 |
| Conflito | Filhos pequenos | Filhos em idade escolar | -0.852 | 0.195 | -1.95 | 0.25 |
| | | Filhos adolescentes | -1.246 | 0.067 | -2.55 | 0.06 |
| | | “Ninho vazio” | -1.483* | 0.038 | -2.91 | -0.06 |

5. Discussão dos Resultados

Neste ponto serão discutidos os resultados da presente investigação, interligando com os contributos teóricos e empíricos da literatura anteriormente abordada.

Para além dos objetivos previamente delineados, a presente investigação também procurou explorar as diferenças de género e as variáveis de estudo isoladamente. A breve análise descritiva das variáveis mostrou que, relativamente à coparentalidade e às suas subescalas, a maioria dos pais percecionam uma coparentalidade cooperativa, seguindo-se uma coparentalidade conflituosa e, um número mais reduzido de pais consideram experienciar uma coparentalidade triangulada. No que concerne à satisfação conjugal, a maioria dos participantes acreditam estar satisfeitos conjugalmente.

Em relação às diferenças de género, os resultados não evidenciaram diferenças estatisticamente significativas nos pais nem nas mães nas subescalas da coparentalidade e na satisfação conjugal. Não obstante, verificou-se que na subescala relativa à cooperação, os pais sentem mais ajuda e segurança na relação coparental do que as mães. Na subescala relacionada com a triangulação, percebeu-se que as mães sentem mais manipulação e comportamentos de alienação parental por parte os pais do que o contrário (dos pais em relação às mães dos seus filhos). Na subescala do conflito, constou-se que os pais percecionam mais violência e comportamentos agressivos por parte das mães do que o contrário (das mães em relação aos pais dos seus filhos). No que se refere à satisfação conjugal, as mães sentem-se mais satisfeitas conjugalmente do que os pais.

Vários autores defendem que a transição para a parentalidade acarreta vários desafios, evidenciando diferenças na forma como as mães e os pais adquirem o seu novo papel parental (Christopher, Umemura, Mann, Jacobvitz & Hazen, 2015; Soares & Colossi, 2016; Augustin & Frizzo, 2015). Os resultados são congruentes com o artigo de Christopher et al. (2015), que investigaram as diferenças de género na predição da coparentalidade através da análise da satisfação conjugal, mostrando que os pais tendem a expressar uma coparentalidade mais competitiva e menos cooperante quando percecionam insatisfação conjugal no seu relacionamento. No entanto, as mães que sentem menos satisfação conjugal tendem a dedicar-se maioritariamente aos filhos, desinvestindo no apoio parental aos cônjuges. Adicionalmente, Soares e Colossi (2016) postulam que, do ponto de vista paterno e de um modelo de parentalidade mais

tradicional, muitos pais acreditam não ter tanta capacidade para realizar as tarefas parentais em relação às mães. Deste modo, exibem mais dificuldade na execução das tarefas e acabam por necessitar de mais apoio por parte das esposas.

Passando para o primeiro objetivo específico delineado nesta investigação, este pretendeu investigar a relação entre a satisfação conjugal e da coparentalidade. Os resultados obtidos para o primeiro objetivo indicam que, na presente amostra, a satisfação conjugal evidencia uma associação positiva com coparentalidade cooperativa e uma associação negativa com a coparentalidade triangulada e conflituosa.

Sendo os resultados corroborados pela literatura, é possível perceber que tanto a satisfação conjugal como a coparentalidade se relacionam mutuamente num processo bidirecional (Christopher et al., 2015; Augustin & Frizzo, 2015; Lamela, Figueiredo, Jongenelen, Morais & Simpson, 2020; Tissot & Falcke, 2017). De acordo com um estudo realizado por Christopher et al. (2015), a diminuição da satisfação conjugal por parte dos pais e a falta de apoio e constante crítica por parte das esposas face à forma como os pais executavam as tarefas parentais associava-se a uma coparentalidade conflituosa. Por outro lado, casais mais satisfeitos conjugalmente, que se ajudavam mutuamente na execução das tarefas ligadas aos filhos (com a validação e encorajamento das capacidades das mães por parte dos pais e a diminuição da crítica contante aos pais por parte das mães) exibiam uma coparentalidade cooperativa. Na coparentalidade cooperativa, o envolvimento dos pais é maior, contrastando com a coparentalidade conflituosa, que muitas vezes culmina na desistência e desvinculação de um dos pais no processo de educação dos filhos.

O segundo objetivo específico proposto nesta investigação visou averiguar a evolução da satisfação conjugal nas diferentes etapas do ciclo de vida da família. Constatou-se que as diferenças entre as etapas do ciclo de vida da família não são estatisticamente significativas. No entanto, verificou-se que o nível de satisfação conjugal é percecionado de forma mais elevada pelos pais das crianças em idade escolar, seguindo-se os pais cujos filhos já saíram de casa (etapa das famílias no processo do “ninho vazio”); os pais com filhos pequenos e por fim, os pais com filhos adolescentes.

Estes resultados suportam as ideias de Afonso (2018) quando afirma que existe uma subida do nível de satisfação conjugal na etapa das famílias no processo do “ninho

vazio”. O facto de os pais sentirem-se menos sobrecarregados e mais disponíveis para investirem na sua relação conjugal propensa o aumento da intimidade e cumplicidade entre o casal (Rocha & Fensterseifer, 2019; Costa, Bulhões & Nagashima, 2020). Por outro lado, e contrariamente ao que seria esperado, a etapa das famílias com os filhos em idade escolar revelaram maiores níveis de satisfação conjugal. Vários autores têm demonstrado que, tanto na etapa das famílias com filhos pequenos como na etapa das famílias com filhos em idade escolar, os pais estão sujeitos a uma maior pressão e um nível de *stress* mais exacerbado devido às exigências dos papéis parentais. Por conseguinte, as dificuldades associadas ao reajuste das suas vidas, refletem-se numa diminuição da satisfação conjugal (Afonso, 2018; Augustin & Frizzo, 2015; Tissot & Falcke, 2017)

No entanto, também existem alguns estudos que evidenciam o contrário. Segundo Martins e Alvarenga (2019) a entrada dos filhos na escola é um período associado a mudanças quer para as crianças quer para os pais. Nesta fase, os pais sentem-se divididos e demonstram sentimentos ambivalentes, isto é, tanto apresentam medo e preocupação por deixarem os seus filhos aos cuidados de novas pessoas, como também se sentem aliviados por terem mais liberdade e tempo para realizar outras atividades (trabalhar, descansar, cuidar de si e outras atividades prazerosas) (Balaban, 1988, citado por Martins & Alvarenga, 2019). Paralelamente, um estudo realizado por Galovan, Holmes, Schramm e Lee (2014) defende que o tipo de relacionamento coparental influencia a satisfação conjugal nas mães. Ou seja, quando as mães percecionam uma aliança coparental positiva, a ausência de conflituosidade na coparentalidade e a participação e apoio na divisão das tarefas parentais, estas acreditam que estes fatores funcionam como sinais de compromisso por parte dos companheiros no relacionamento conjugal (levando a uma conjugalidade mais satisfatória).

Relativamente às etapas das famílias com filhos pequenos e adolescentes cuja satisfação conjugal apresenta valores menos elevados, um estudo realizado por Lima e Alves (2010) indica que as dificuldades na adaptação à chegada dos filhos; a gestão das tarefas e das novas rotinas familiares; a falta de disponibilidade e tempo para o parceiro e o cansaço podem constituir-se fatores que conduzem à insatisfação conjugal. Apesar de no estudo desenvolvido por Tissot e Falcke (2017), os participantes exibirem um nível de satisfação conjugal superior ao que seria esperado, Pratta e Santos (2007) afirmam que a

fase da adolescência é complicada para os pais porque leva-os a questionarem as suas práticas parentais quando confrontados com incertezas, angústias e incompreensão por parte dos filhos (citado por Tissot & Falcke, 2017).

O terceiro e último objetivo específico desta investigação propôs estudar a evolução da coparentalidade nas diferentes etapas do ciclo de vida da família. Os resultados apontam para que haja diferenças estatisticamente significativas na coparentalidade cooperativa na etapa das famílias com filhos adolescentes e na etapa das famílias no processo do “ninho vazio”. Também se verificaram diferenças estatisticamente significativas na coparentalidade conflituosa relativamente à etapa das famílias no processo do “ninho vazio”. Na coparentalidade cooperativa, identificou-se valores mais elevados na etapa das famílias com os filhos pequenos, seguindo-se a etapa das famílias com filhos em idade escolar, a etapa das famílias no processo do “ninho vazio” e por último, a etapa das famílias com filhos adolescentes. No que diz respeito à coparentalidade conflituosa, notou-se valores mais elevados na etapa das famílias no processo do “ninho vazio”, seguindo-se a etapa das famílias com filhos adolescentes, a etapa das famílias com filhos em idade escolar, e por fim, a etapa das famílias com filhos pequenos.

Fazendo a ponte entre os resultados obtidos e a literatura encontrada, é possível perceber que, no caso da coparentalidade cooperativa, os resultados vão contra o que seria esperado na etapa das famílias com filhos pequenos (Christopher et al., 2015; Augustin & Frizzo, 2015; Koprowski, Galindo & Gomes, 2020). A revisão de literatura indica que aquando da chegada do primeiro filho, o casal é confrontado com o desconhecido e com a necessidade de se adaptar a uma nova realidade com objetivos, funções e papéis muito próprios. Neste sentido, e com os ajustes na dinâmica da relação conjugal, é uma fase com tendência a existir mais possibilidade de conflito (Barbiero & Baumkarten, 2015; Cecílio & Comin, 2013; Koprowski, Galindo & Gomes, 2020). Em contrapartida, os resultados obtidos na etapa das famílias com filhos em idade escolar suportam as ideias de Augustin e Frizzo (2015) e de Margolin, Gordis e John (2001). De acordo com os resultados do estudo de Augustin e Frizzo (2015), os pais com filhos em idade pré-escolar revelaram um nível mais elevado de coparentalidade cooperativa do que os pais com filhos na pré-adolescência.

No que concerne à coparentalidade conflituosa e ao facto de a etapa das famílias no processo do “ninho vazio” apresentarem valores mais elevados, estes resultados são consistentes com o estudo de Costa, Bulhões e Nagashima (2020). Segundo as autoras, esta etapa engloba processos de mudança que levam as pessoas a reorganizarem-se do ponto de vista individual, conjugal e familiar. O facto de deixar de existir as responsabilidades parentais faz com que haja mais disponibilidade e tempo para os pais reestruturarem a relação conjugal e atribuírem novos significados às suas vidas. Em alguns casos, os casais reaproximam-se, levando-os a redescobrir o cônjuge (sem a dimensão parental/maternal). No entanto, também existem casais que com a saída dos filhos de casa, não se reconhecem enquanto casal, levando-os a viver em constante conflito. Estes conflitos quando não são devidamente trabalhados podem tornar-se insustentáveis, fazendo com que o casal encare a separação como a oportunidade para seguirem caminhos diferentes.

6. Conclusão

Neste último tópico serão sintetizados os principais resultados e contributos da presente investigação. Também nos debruçaremos nas limitações do estudo e nas possíveis linhas de investigação futuras.

Atendendo ao processo desenvolvimental do adulto, é possível compreender que ao longo da vida de uma pessoa surgem vários acontecimentos que desencadeiam mudanças à vários níveis. Um desses acontecimentos relaciona-se com o início de um projeto de parentalidade. Essa transição promove um conjunto de transformações do ponto de vista individual, conjugal e familiar. Face à importância de compreender melhor a parentalidade e as suas implicações, torna-se pertinente abordar e investigar construtos como a coparentalidade e a satisfação conjugal.

Neste sentido, o presente estudo procurou investigar a relação entre a satisfação conjugal e a coparentalidade ao longo do ciclo de vida da família. Constatou-se que os construtos se encontram efetivamente relacionados e que se verificam algumas nuances nas diferentes etapas do ciclo de vida. De forma breve e mais concreta, verificou-se que a satisfação conjugal se associa positivamente com a coparentalidade cooperativa (e vice-versa) e negativamente com a coparentalidade triangulada e conflituosa (e vice-versa). No que concerne à satisfação conjugal e o ciclo de vida da família, sem diferenças estatisticamente significativas, verificou-se que os pais se sentem mais satisfeitos conjugalmente na etapa das famílias com filhos em idade escolar, e menos satisfeitos conjugalmente na etapa das famílias com filhos adolescentes. Relativamente à coparentalidade e o ciclo de vida da família, denotou-se diferenças estatisticamente significativas na etapa das famílias com filhos adolescentes em relação à coparentalidade cooperativa e na etapa das famílias no processo do “ninho vazio” em relação à coparentalidade cooperativa e conflituosa. Na coparentalidade cooperativa apurou-se que os pais se sentem mais apoiados pelos cônjuges na etapa das famílias com os filhos pequenos e com menos suporte coparental na etapa das famílias com filhos adolescentes. Na coparentalidade conflituosa concluímos que os pais percecionam comportamentos mais hostis por parte dos cônjuges na etapa das famílias no processo do “ninho vazio” e menos comportamentos agressivos na etapa das famílias com filhos pequenos.

Estes resultados e o nosso estudo contribuem para a literatura pois aprofunda o conhecimento sobre a satisfação conjugal e a coparentalidade. Em suma, o estudo destes construtos torna-se fundamental pois auxilia na compreensão do modo como estes influenciam as dinâmicas familiares (subsistemas conjugal e parental) e o processo de desenvolvimento e educação das crianças.

A presente investigação apresenta algumas limitações pelas quais é importante refletir. No âmbito da recolha dos dados, a amostra do estudo foi selecionada por conveniência e verificou-se uma assimetria ao nível do género e das etapas. A maioria dos participantes são do sexo feminino (mães), havendo uma pequena percentagem de pais no estudo. Estes aspetos impossibilitam a representatividade e a generalização dos resultados do nosso estudo a outras populações. Simultaneamente, a recolha de informação com questionários no formato presencial foi interrompida devido à situação pandémica. Esse fator fez com que existisse a necessidade de adotar uma recolha de questionários à distância (formato *online*). A recolha digital teve impactos positivos ao nível do alcance de pessoas para o estudo, contudo também impossibilitou o controlo de possíveis enviesamentos que, eventualmente, pudessem pôr em causa a validade da investigação. Estes aspetos ligam-se maioritariamente ao correto preenchimento dos questionários e à clarificação de dúvidas. Para além da pouca adesão por parte do sexo masculino e do desafio de encontrar pais de todas as etapas do ciclo de vida que aceitassem integrar no estudo, uma das principais dificuldades na recolha de questionários deveu-se ao facto de muitas pessoas não se sentirem confortáveis com o tema da investigação e com a partilha de informações sobre a sua intimidade. Mesmo após a leitura do consentimento informado, muitas pessoas decidiram não participar pois tinham “vergonha” de se expor a si e ao seu cônjuge. Um último aspeto a ter em conta quando refletimos sobre as limitações é sobre o facto de não existir literatura prévia relacionando as três variáveis de estudo entre si: a satisfação conjugal, a coparentalidade e as etapas do ciclo de vida da família.

Como forma de mitigar as limitações anteriormente referidas e como propostas para futuros estudos, sugere-se que haja uma replicação do nosso estudo numa perspetiva longitudinal. O envolvimento das pessoas durante as várias etapas do ciclo de vida e a inclusão de métodos qualitativos poderiam contribuir para informações mais completas e precisas sobre as transformações ao longo das suas vidas. Seria também interessante

realizarem mais estudos sobre os construtos, atendendo a uma maior simetria ao nível do género e das etapas. Por fim, é importante que haja um maior investimento tanto na consciencialização das pessoas como na pesquisa e produção de novos estudos empíricos sobre esta temática tão presente na nossa sociedade.

Referências Bibliográficas

- Afonso, J. D. (2018). *Relação conjugal ao longo do ciclo de vida: satisfação, comunicação, motivação, coesão e adaptabilidade*. Tese de doutoramento, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa, Portugal.
- Alarcão, M. (2006). Desenvolvimento Familiar. In M. Alarcão (Ed.), *(Des) Equilíbrios Familiares: Uma visão sistémica*, 2, (pp. 115-201). Coimbra: Quarteto Editora.
- Almeida, L., & Freire, T. (2007). *Metodologia da investigação em psicologia e educação* (4ª ed.). Braga: Psiquilíbrios.
- Augustin, D. & Frizzo, G. B. (2015). A coparentalidade ao longo do desenvolvimento dos filhos: estabilidade e mudança no 1º e 6º ano de vida. *Interação em Psicologia*, 19(1), 13-24. doi: <https://doi.org/10.5380/psi.v19i1.29239>
- Barbiero, E. B., & Baumkarten, S. T. (2015). Somos pais, e agora?: A história de nós dois depois dos filhos. *Pensando famílias*, 19(1), 32-45.
- Canavarro, M. C. (2001). Gravidez e maternidade - Representações e tarefas de desenvolvimento. In M. C. Canavarro (Ed.), *Psicologia da gravidez e da maternidade*, (pp. 17-49). Coimbra: Quarteto Editora.
- Carter, B., & McGoldrick, M. (1995). As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar. In *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. 2, (pp. 7-29). Porto Alegre: Artmed.
- Cecílio, M. S., & Comin, F. S. (2013). Relações entre conjugalidade e parentalidades adotiva e biológica. *Psico*, 44(2), 245-256.
- Christopher, C., Umemura, T., Mann, T., Jacobvitz, D., & Hazen, N. (2015). Marital quality over the transition to parenthood as a predictor of coparenting. *Journal of Child and Family Studies*, 24(12), 3636-3651. doi: <https://doi.org/10.1007/s10826-015-0172-0>
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences*. Hillsdale, NJ: Lawrence Earlbaum.

- Colman, L. L., & Colman, A. D. (1994). *Gravidez: a Experiência Psicológica*. Lisboa: Edições Colibri.
- Costa, V. B., Bulhões, C. D., & Nagashima, A. M. (2020). “Quando os pássaros voam”: a família em momento de “ninho vazio”. *Revista de Enfermagem da UFSM*, 10, 41. doi: <https://doi.org/10.5902/21797692366601>
- Coutinho, C. (2011). Paradigmas, metodologias e métodos de investigação. *Metodologias de Investigação em Ciências Sociais e Humanas*, 9-41.
- Feijão, G. M., & Morais, N. A. (2018). Interação família e trabalho: a percepção de docentes do ensino superior acerca da satisfação conjugal. *Contextos Clínicos*, 11(1), 83-96. doi: <https://doi.org/10.4013/ctc.2018.111.07>
- Feinberg, M. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parenting*, 3, 85-131. doi: https://doi.org/10.1207/S15327922PAR0302_01
- Figueiredo, B. (2005). Bonding-pais-bebé. In Leal & C. Faria (Eds). *Psicologia da gravidez e da parentalidade* (287-314). Lisboa: Fim de Século.
- Figueiredo, B., & Lamela, D. (2014). Parentalidade e coparentalidade: Conceitos básicos e programas de intervenção. In *Clínica Universitária de Psicologia: Contributos para a prática psicológica*, (pp. 151-172). Porto: Universidade Católica Editora.
- Figueredo, P. D. (2005). A influência do locus de controle conjugal, das habilidades sociais conjugais e da comunicação conjugal na satisfação com o casamento. *Ciências & Cognição*, 6, 123-132.
- Fiorini, M. C., & Guisso, L. (2016). Teoria familiar sistêmica: retrospectiva história e perspectivas atuais. *Psicologia: o portal dos psicólogos*, 139-144.
- Frizzo, G. B., Kreutz, C. M., Schmidt, C., Piccinini, C. A., & Bosa, C. (2005). O conceito de coparentalidade e suas implicações para a pesquisa e para a clínica: implication for research and clinical practice. *Journal of Human Growth and Development*, 15(3), 84-93. doi: <https://doi.org/10.7322/jhgd.19774>

- Galovan, A., Holmes, E., Schramm, D., & Lee, T. (2014). Father involvement, father-child relationship quality, and satisfaction with family work: Actor and partner influences on marital quality. *Journal of Family Issues*, *35*, 1846-1867. doi: <https://doi.org/10.1177/0192513x13479948>
- Gameiro, J. (2007). *Entre Marido e Mulher...Terapia de Casal*. Lisboa: Trilhos Editora.
- Gottman, J. M., & Notarius, C. I. (2002). Marital research in the 20th century and a research agenda for the 21st century. *Family process*, *41*(2), 159-197. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.2002.41203.x>
- Gottman, J.M. & Silver, N. (2001). *Os Sete Princípios do Casamento*. Cascais-Portugal: Editora Pergaminho.
- Koprowski, A. H., Galindo, G. S., & Gomes, L. B. (2020). Conflito conjugal e sistema parental: uma revisão integrativa da literatura nacional. *Pensando famílias*, *24*(2), 15-31.
- Lamela, D., Figueiredo, B., Jongenelen, I., Morais, A., & Simpson, J. A. (2020). Coparenting and relationship satisfaction in mothers: The moderating role of sociosexuality. *Archives of sexual behavior*, *49*(3), 861-870. doi: <https://doi.org/10.1007/s10508-019-01548-2>
- Lamela, D., Nunes-Costa, R., & Figueiredo, B. (2010). Modelos teóricos das relações coparentais: revisão crítica. *Psicologia em Estudo*, *15*(1), 205-216.
- Leal, I. (2005). Iniciação às psicoterapias. In *Psicoterapias*. *12*, (pp. 221-231). Lisboa: Fim de Século.
- Li, T. & Fung, H. H. (2011). The dynamic goal theory of marital satisfaction. *Review of General Psychology*, *15* (3), 246 – 254. doi: <https://doi.org/10.1037/a0024694>
- Lima, R. A. & Alves, I. C. (2010). As particularidades da (in) satisfação conjugal antes e depois da chegada dos filhos. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, *30*(79), 424-439.
- Margolin, G. (2005). Children's exposure to violence: Exploring developmental pathways to diverse outcomes. *Journal of Interpersonal Violence*, *20*, 72-81. doi: <https://doi.org/10.1177/0886260504268371>

- Margolin, G., Gordis, E. & John, R. (2001). Coparenting: A link between marital conflict and parenting in two parent families. *Journal of Family Psychology*, 15, 3-21. doi: <https://doi.org/10.1037/0893-3200.15.1.3>
- Marôco, J. (2014). *Análise estatística com o SPSS Statistics*. (6ª ed.). Pero Pinheiro: Report Number.
- Martins, J. A., & Alvarenga, V. C. (2019). Adaptação dos pais em relação a primeira experiência escolar dos filhos. *Revista educação, saúde e meio ambiente*, 2, 107-120.
- Martins, M. E. (2006). *Introdução à inferência estatística. Departamento de Estatística e Investigação Operacional*. Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- Miller, B. C. (1976). A multivariate developmental model of marital satisfaction. *Journal of Marriage and the Family*, 38, 643-65. doi: <https://doi.org/10.2307/350684>
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: Funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artmed.
- Mosmann, C. P., Costa, C. B., Einsfeld, P., Silva, A. G., & Koch, C. (2017). Conjugalidade, parentalidade e coparentalidade: associações com sintomas externalizantes e internalizantes em crianças e adolescentes. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 34, 487-498. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-02752017000400005>
- Mosmann, C., Wagner, A., & Féres-Carneiro, T. (2006). Qualidade conjugal: mapeando conceitos. *Paideia*, 16, 315-325. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2006000300003>
- Narciso, I. & Ribeiro, M. T. (2007/2008). Conjugalidades – Um olhar sobre satisfação, intimidade e pressupostos sobre a evolução da sexualidade. *Revista Portuguesa de Psicologia*, 40, 215-243.
- Narciso, I. (2001). *Conjugalidades satisfeitas mas não perfeitas: à procura do padrão que liga*. Tese de doutoramento. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- Narciso, I., & Costa, M. E. (1996). Amores satisfeitos, mas não perfeitos. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 12, 115-130.

- Narciso, I., & Costa, M. E. (2001/2002). Percursos de mudança na qualidade conjugal: Fragmentos de um estudo sobre conjugalidades satisfeitas. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 17-18, 181-195.
- Nunnally, J. C. (1978). *Psychometric theory* (2nd ed.). New York: McGraw-Hill.
- Pedro, M. F., & Ribeiro, M. T. (2015). Adaptação portuguesa do Questionário de Coparentalidade: Análise fatorial confirmatória e estudos de validade e fiabilidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(1), 116-125. doi: <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528113>
- Pestana, M. & Gageiro, J. (2007). *Análise de dados para ciências sociais. A complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Relvas, A. P. (1996). *O ciclo vital da família: Perspectiva sistémica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Rocha, F. A. & Fensterseifer, L. (2019). A função do relacionamento sexual para casais em diferentes etapas do ciclo de vida familiar. *Contextos Clínicos*, 12(2), 560-583. doi: <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2019.122.08>.
- Scorsolini-Comin, F., & Santos, A.M. (2010). Satisfação conjugal: Revisão integrativa da literatura científica nacional. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(3), 525-531.
- Soares, B., & Colossi, P. M. (2016). Transições no ciclo de vida familiar: a perspectiva paterna frente ao processo de transição para a parentalidade. *Barbarói*, 253-276. doi: <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i48.6942>
- Teubert, D., & Pinquart, M. (2010). The association between coparenting and child adjustment: A meta-analysis. *Parenting: Science and Practice*, 10(4), 286-307. doi: <https://doi.org/10.1080/15295192.2010.492040>
- Tissot, D. W., & Falcke, D. (2017). A conjugalidade nas diferentes etapas do ciclo vital familiar. *Quaderns de psicologia*, 19(3), 265-276. doi: <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1399>
- Van Egeren, L. & Hawkins, D. (2004). Coming to terms with coparenting: Implications of definition and measurement. *Journal of Adult Development*, 11, 165-178. doi: <https://doi.org/10.1023/B:JADE.0000035625.74672.0b>

Van Egeren, L. (2003). Pre-birth predictors of coparenting experience trajectories in early infancy. *Infant Mental Health Journal*, 24, 278-295. doi: <https://doi.org/10.1002/imhj.10056>

Wagner, A., & Falcke, D. (2001). Satisfação conjugal e transgeracionalidade: uma revisão teórica sobre o tema. *Psicologia Clínica*, 13, 1-15.

Wagner, A., Tronco, C., & Armani, A. B. (2011). Os desafios da família contemporânea. *Desafios psicossociais da família contemporânea: Pesquisas e reflexões*, 19-35.

Anexos

Anexo A- Consentimento Informado para as mães e pais



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Termo de Consentimento Informado

O meu nome é Sara Méliça Gonçalves Barros e sou uma aluna do segundo ano de Mestrado em Psicologia Clínica da Universidade de Évora. Estou a realizar a minha dissertação de mestrado intitulada “A relação entre a satisfação conjugal e a coparentalidade ao longo do ciclo de vida da família”, sob orientação da Professora Doutora Constança Biscaia. O principal objetivo da minha investigação é estudar a relação entre a coparentalidade e a satisfação conjugal nas diferentes etapas no ciclo de vida da família.

Neste sentido, o único pré-requisito para integrar o estudo é ser pai ou mãe e estar a viver uma relação conjugal.

Ao decidir participar neste estudo, solicita-se que, enquanto participante, preencha os seus dados demográficos e os itens dos questionários seguintes. Caso aceite participar, solicita-se que responda a todos os itens, sabendo que não existem respostas certas ou erradas. Pretende-se que seja o mais sincero possível nas suas respostas. A sua participação tem um carácter totalmente voluntário e não terá qualquer recompensa. De igual modo, não resultará qualquer prejuízo para si se decidir não participar.

A informação recolhida é confidencial e anónima e, além disso, será analisada em conjunto com as respostas de outros participantes. É livre de desistir da participação no estudo a qualquer momento, sem que isso acarrete consequências para si. Nesse caso, os seus dados serão eliminados.

Ao assinar na linha abaixo, certifica que aceita participar nesta investigação e que se considera esclarecido sobre os objetivos e condições da sua participação.

Data: ___/___/___

Assinatura: _____

Muito obrigada pela sua disponibilidade e colaboração neste estudo!

Sara Méliça Gonçalves Barros (sarabarros96@hotmail.com)

Professora Doutora Constança Biscaia (cbiscaia@uevora.pt)

Anexo B- Questionário Sociodemográfico para as mães e pais

Questionário Sociodemográfico

As seguintes questões pretendem descrevê-lo(a) a si próprio(a), assim como a sua experiência enquanto pai/mãe. Por favor, preencha cada um dos dados correspondentes à situação em que se encontra.

I- Dados Sociodemográficos

1.1. Questionário preenchido por: Mãe Pai

1.2. Idade: _____

1.3. Localidade:

Região Norte Região Centro Região Sul Ilhas (Açores e Madeira)

1.4. Tendo em conta a sua relação conjugal vive:

Casado(a) União de Facto Outro Qual? _____

1.5. Há quanto tempo está nesta relação conjugal? _____

1.6. Nível de Escolaridade: _____

1.7. Situação Profissional:

Empregado(a) Desempregado(a) Outro(s) Qual? _____

1.8. Caso esteja empregado(a), indique a sua atividade profissional:

2. Número de Filhos: _____

2.1. Indique a idade e sexo do(s) seu(s) filho(s)

1º Filho: Idade: _____ Sexo: _____

2º Filho: Idade: _____ Sexo: _____

3º Filho: Idade: _____ Sexo: _____

4º Filho: Idade: _____ Sexo: _____

5° Filho: Idade: _____ Sexo: _____

6° Filho: Idade: _____ Sexo: _____

2.2. O(s) seu(s) filho(s) é/são fruto(s) do seu relacionamento atual? Sim Não

2.2.1. Se não, qual dele(s) não é(são)? _____

2.3. Algum do(s) seu(s) filho(s) já saíram de casa? Sim Não

2.3.1. Se sim, há quanto tempo? _____

2.3.2. Em que circunstância? Trabalho Estudos Outro

Qual? _____

Muito obrigada pela sua colaboração!

Anexo C- Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal (EASAVIC)

Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal (EASAVIC)

(Narciso e Costa, 1996)

Pense na sua relação conjugal. Utilize a seguinte escala de modo a expressar o que sente relativamente a cada afirmação: 1- Nada satisfeito(a); 2- Pouco satisfeito(a); 3- Razoavelmente satisfeito(a); 4- Satisfeito(a); 5- Muito satisfeito(a); 6- Completamente satisfeito(a). Para cada um dos itens, deverá escolher a afirmação da escala que melhor descreve o que sente, rodeando o número correspondente com um círculo.

| | Nada satisfeito/a | Pouco satisfeito/a | Razoavelmente satisfeito/a | Satisfeito/a | Muito satisfeito/a | Completamente satisfeito/a |
|--|-------------------|--------------------|----------------------------|--------------|--------------------|----------------------------|
| 1. O modo como gerimos a nossa situação financeira. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 2. A distribuição de tarefas domésticas. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 3. O modo como tomamos decisões. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 4. A distribuição das responsabilidades. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 5. O modo como passamos os tempos livres. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 6. A quantidade de tempos livres. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 7. O modo como nos relacionamos com os amigos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 8. O modo como nos relacionamos com a família do(a) meu (minha) companheiro (a). | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 9. O modo como nos relacionamos com a minha família. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 10. A minha privacidade e autonomia. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |

| | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|---|
| 11. A privacidade e autonomia do(a) meu (minha) companheiro (a). | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 12. A nossa relação com a minha profissão. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 13. A nossa relação com a profissão do(a) meu (minha) companheiro (a). | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 14. A frequência com que conversamos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 15. O modo como conversamos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 16. Os assuntos sobre os quais conversamos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 17. A frequência dos conflitos que temos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 18. O modo como resolvemos os conflitos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 19. O que sinto pelo (a) meu (minha) companheiro (a). | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 20. O que o meu (minha) companheiro (a) sente por mim. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 21. O modo com expresso o que sinto pelo(a) meu (minha) companheiro (a). | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 22. O modo como o(a) meu (minha) companheiro (a) expressa o que sente por mim. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 23. O desejo sexual que sinto pelo(a) meu (minha) companheiro (a) | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 24. O desejo sexual que o(a) meu (minha) companheiro (a) sente por mim. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 25. A frequência com que temos relações sexuais. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 26. O prazer que sinto quando temos relações sexuais. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 27. O prazer que o(a) meu (minha) companheiro (a) sente quando temos relações sexuais. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 28. A qualidade das nossas relações sexuais. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 29. O apoio emocional que dou ao (à) meu (minha) companheiro (a). | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 30. O apoio emocional que o(a) meu (minha) companheiro (a) me dá. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 31. A confiança que tenho no (na) meu (minha) companheiro (a). | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 32. A confiança que o(a) meu (minha) companheiro (a) tem em mim. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 33. A admiração que sinto pelo (a) meu (minha) companheiro (a). | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 34. A admiração que o (a) meu (minha) companheiro (a) sente por mim. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 35. A partilha de interesses e atividades. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 36. A atenção que dedico aos interesses do(a) meu (minha) companheiro (a). | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 37. A atenção que o(a) meu (minha) companheiro (a) dedica aos meus interesses. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 38. Os nossos projetos para o futuro. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 39. As minhas expectativas quanto ao futuro da nossa relação. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 40. As expectativas do(a) meu (minha) companheiro (a) quanto ao futuro da nossa relação. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 41. O aspeto físico do(a) meu (minha) companheiro (a). | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 42. A opinião que o/a meu (minha) companheiro (a) tem sobre o meu aspeto físico. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 43. As características e hábitos do(a) meu (minha) companheiro (a). | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 44. A opinião que o(a) meu (minha) companheiro (a) tem sobre as minhas características e hábitos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |

Anexo D- Questionário da Coparentalidade (QC)

Questionário da Coparentalidade (QC)

(Pedro e Ribeiro, 2013)

De acordo com a seguinte escala: 1- Nunca; 2-Raramente; 3- Às vezes; 4-Normalmente e 5- Sempre, pense com que frequência o(a) seu/sua cônjuge/companheiro(a) atua deste modo consigo. Depois de escolher a sua resposta, assinale-a com um círculo.

| O(a) meu/minha cônjuge/companheiro(a)... | Nunca | Raramente | Às vezes | Normalmente | Sempre |
|---|-------|-----------|----------|-------------|--------|
| 1. ... conta-me muitas coisas acerca do nosso filho. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 2. ... põe-me a par de tudo o que acontece durante o dia-a-dia do(s) nosso(s) filho(s). | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 3. ... fala muito bem de mim ao(s) nosso(s) filho(s). | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 4. ... pergunta a minha opinião sobre assuntos relacionados com o ser pai/ser mãe. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 5. ... participa na resolução dos problemas disciplinares relacionados com o(s) nosso(s) filho(s). | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 6. ... diz coisas cruéis acerca de mim, ou que me magoam, em frente do(s) nosso(s) filho(s). | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 7. ... usa o(s) nosso(s) filho(s) contra mim. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 8. ... quando discutimos, tenta manipular o(s) nosso(s) filho(s) para que este(s) tome(m) o partido de um de nós. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 9. ... envia-me mensagens pelo(s) nosso(s) filho(s), em vez de falar diretamente comigo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 10. ... e eu temos regras diferentes no que diz respeito à alimentação, rotinas diárias, hora de deitar ou trabalhos de casa do(s) nosso(s) filho(s). | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 11. ... e eu temos níveis diferentes de exigência relativamente ao comportamento do(s) nosso(s) filho(s). | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 12. ... discute comigo por causa do(s) nosso(s) filho(s). | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 13. ... concorda com as minhas decisões relativas à disciplina do(s) nosso(s) filho(s). | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 14. ... enfraquece, pouco a pouco, a minha posição de mãe/pai | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |